

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN
CURSO DE JORNALISMO

DIEGO DOS SANTOS PERELLÓ

AGENDAMENTO E OMISSÃO: JORNALISMO E CONSTRUÇÃO DA REALIDADE SOCIAL

Porto Alegre
2019

GRADUAÇÃO



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

DIEGO DOS SANTOS PERELLÓ

**AGENDAMENTO E OMISSÃO – JORNALISMO E CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA
DA SOCIEDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
curso de Jornalismo da Faculdade de
Comunicação Social da PUCRS

Orientador
Prof. Dr. Antônio Carlos Hohlfeldt

Porto Alegre
2019

DIEGO DOS SANTOS PERELLÓ

**AGENDAMENTO E OMISSÃO – JORNALISMO E CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA
DA SOCIEDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado à
Escola de Comunicação, Artes e Design - FAMECOS da
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como
requisito para a obtenção do grau de bacharel em jornalismo.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Antônio Carlos Hohlfeldt – Orientador

Prof. Dr. Juan de Moraes Domingues

Prof^a. Dr^a. Glafira Maria Furtado

Porto Alegre
2019

AGRADECIMENTOS

Tornamos sempre presente nossa gratidão a Tiarajú, Silvia, Carolina e Francisco Perelló, cujo incentivo propiciou todo o crescimento intelectual adquirido ao longo de nossa caminhada acadêmica; ao Dr. Antônio Hohlfeldt, pela paciência e sabedoria dispensada enquanto da produção deste estudo; a Régis Siqueira, fiel companheiro, confidente e torcedor convicto de nosso sucesso, e aos colegas Luis Felipe Amorin e Francieli Martins, grandes amigos para parceiras em grandes empreitadas.

RESUMO

O presente estudo se dedica a compreender a atuação do jornalismo na construção da memória do indivíduo da sociedade sobre o contexto em que está inserido, a partir da análise de conteúdo da cobertura jornalística dos sites GaúchaZH, Carta Capital e Renova Mídia, acerca do evento que envolveu uma jovem marcada com uma suástica na barriga, em Porto Alegre, incidente datado de 10 de outubro de 2018. A diversidade de fontes de informação de que dispomos atualmente ilustra uma ampla gama de possibilidades de leitura sobre um mesmo fato, condicionada principalmente pelos interesses de quem produz o conteúdo. O indivíduo, que deposita nestes veículos a confiança de que o que está escrito é condizente com a verdade, cria a imagem da sua própria realidade a partir das informações ali despostas, motivo pelo qual informações factuais não podem ser divergentes de acordo com as posições editoriais do veículo. Concluímos que a forma com que a mídia evidencia certos assuntos em detrimento de outros, conforme a hipótese do *agenda setting* também influenciam na construção da realidade no imaginário do público, caracterizando, assim, um ponto de atenção para os profissionais que se dedicam a trabalhar com a verdade. Para tanto, apoiar-nos-emos em autores como Michel (2015), Lage (2013) e Matheus (2011) para tratar do dever de memória no jornalismo. Contamos também com a contribuição de Porto (2018), Sirena (2013) e Hohlfeldt (2002) para o entendimento das questões mais teóricas sobre o jornalismo e, em especial, da hipótese do *agenda setting*. Para a referência no que toca aos fenômenos do jornalismo político propriamente dito, valemo-nos das obras de Albino (2004), Soares (2016) e Matos (2008). Para os processos de análise de conteúdo e construção de inferências, nossa referência encontra-se em autores como Bardin (1977) e Fonseca Junior (*in* DUARTE, BARROS, 2006).

Palavras-chave: Jornalismo, memória, história, agendamento, política, sociedade

ABSTRACT

The present study is dedicated to understand the role of journalism in the construction of the memory of the subject in society about their own context, based on the content analysis of journalistic coverage from GaúchaZH, Carta Capital and Renova Mídia websites, about the event that involved a young woman marked with a swastika in her belly, in Porto Alegre, an incident dated October 2018. The diversity of sources of information we have today illustrates a large range of possibilities for reading about the same fact, conditioned mainly by the convictions of those who produce that content. The subject, who places in these vehicles the confidence that what is written is consistent with the truth, creates the image of his own reality from the information therein, so that factual information can not be divergent according to the editorial positions of the vehicle. We conclude that the way in which the media exposes certain subjects to the detriment of others, according to the hypothesis of agenda setting, also influence the construction of reality in the public imagination, thus characterizing a point of attention for the professionals who are dedicated to working with the truth. To do so, we will rely on authors such as Michel (2015), Lage (2013) and Matheus (2011) to deal with the duty of memory in journalism. We also count on the contribution of Porto (2018), Sirena (2013) and Hohlfeldt (2002) to the understanding of the most theoretical questions about journalism and, especially, the agenda setting hypothesis. For reference to the phenomena of political journalism proper, we use the works of Albino (2004), Soares (2016) and Matos (2008). For the processes of content analysis and construction of inferences, our reference is in authors such as Bardin (1977) and Fonseca Junior (in DUARTE, BARROS, 2006).

Key words: Journalism, memory, history, agenda, politics, society

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Análise das palavras-chave da matéria de GaúchaZH em 10/10/2018	36
Tabela 2 – Análise das palavras-chave da matéria de GaúchaZH em 13/11/2018	37
Tabela 3 – Análise das palavras-chave da matéria de Carta Capital em 10/10/2018	39
Tabela 4 – Análise das palavras-chave da matéria de Carta Capital em 11/10/2018	40
Tabela 5 – Análise das palavras-chave da matéria de Carta Capital em 20/10/2018	42
Tabela 6 – Análise das palavras-chave da matéria de Carta Capital em 24/10/2018	43
Tabela 7 – Análise das palavras-chave da matéria de Renova Mídia em 11/10/2018	44
Tabela 8 – Análise das palavras-chave da matéria de Renova Mídia em 15/10/2018	45
Tabela 9 – Análise das palavras-chave da matéria de Renova Mídia em 24/10/2018	46
Tabela 10 – Análise das palavras-chave da matéria de Renova Mídia em 13/11/2018	48

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	JORNALISMO E CONHECIMENTO: UM REPOSITÓRIO DE MEMÓRIAS	13
2.1	MEMÓRIA E TRANSMISSÃO DA HISTÓRIA	13
2.2	JORNALISMO E DEVER DE MEMÓRIA	16
2.3	CONTRIBUIÇÕES DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA	18
3	JORNALISMO, POLÍTICA E AGENDAMENTO	22
3.1	A HIPÓTESE DO AGENDAMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES NA SOCIEDADE	22
3.2	O JORNALISMO E A MANUTENÇÃO DA DEMOCRACIA	24
3.3	CRISE E POLARIDADE: O JORNALISMO POLÍTICO NO BRASIL	27
4	ANÁLISES	30
4.1	ANÁLISE DE CONTEÚDO: ANALISANDO INFERÊNCIAS	32
4.2	O MÉTODO	33
4.3	FATOS	34
4.4	ANÁLISE DE CONTEÚDO DE NOTÍCIAS VEICULADAS NO <i>SITE</i> GAÚCHAZH	35
4.5	ANÁLISE DE CONTEÚDO DE NOTÍCIAS VEICULADAS NO <i>SITE</i> DA REVISTA CARTA CAPITAL	38
4.6	ANÁLISE DE CONTEÚDO DE NOTÍCIAS VEICULADAS NO <i>WEBSITE</i> RENOVA MÍDIA	43
5	CONCLUSÃO	49
	REFERÊNCIAS	56

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende trazer à luz a forma como a manipulação da opinião pública da sociedade pela mídia, através do agendamento, influencia na construção da memória da sociedade sobre a própria realidade, analisando e comparando as coberturas jornalísticas dos sites GaúchaZH, Carta Capital e Renova Mídia, referentes ao incidente da mulher flagelada com o desenho de uma suástica no abdômen. Tal episódio serviu como amostra de como a mídia apresenta os eventos sob a ótica que convém para os mais diversos fins, podendo alterar a concepção do contexto da sociedade que se mantém informada por estas mídias.

A polarização das posições ideológicas, durante o decorrer das atividades relacionadas ao pleito eleitoral de 2018, foi uma realidade que afetou inclusive as relações interpessoais da maioria dos indivíduos da sociedade brasileira. O acirramento do debate público, acerca tanto de ideologia quanto do pragmatismo das convicções pessoais das pessoas, levou a sociedade a tomar uma postura tanto defensiva quanto combativa à pluralidade de opiniões, culminando, por vezes, em episódios desastrosos e deixando desafetos e vítimas de agressões das mais diversas formas, chegando, tal atitude, a atingir a credibilidade dos jornais e dos profissionais da imprensa.

Desta polaridade, surgiu – principalmente na mídia eletrônica -, por exemplo, o fenômeno da veiculação de notícias falsas, conhecidas por *fake news*, geralmente ligadas a objetivos político-partidários, em benefício de um ou outro grupo. Tal fenômeno não raramente é associado a assuntos abarcados pela política, tanto do veículo que publica a matéria, quanto do profissional responsável pela elaboração de tal peça, uma vez que as organizações jornalísticas são formadas por membros da sociedade civil e que também são atingidos tanto pelo fenômeno da polarização quanto do conhecido por *efeito bolha* da internet, em que o usuário, por meio de algoritmos, é condicionado a consumir conteúdos com o mesmo teor opinativo, ou correlatos. Não apenas no Brasil, a prática da disseminação deste material, omissa à verdade dos fatos, representa um desserviço à sociedade, visto que foge do propósito primordial do jornalismo de se manter objetivo, isento e comprometido com a verdade, visando o bem comum.

Um exemplo deste comportamento na mídia atual é o caso da cobertura jornalística sobre a jovem marcada com uma suástica no abdômen. A jovem inicialmente relatou à polícia que a agressão teria sido provocada por partidários do

então candidato a presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, e motivado por suposta intolerância política. De maneira imediata, dada a natureza da ocorrência, a notícia fora veiculada sob os mais diversos pontos de vista e servido aos mais variados fins possíveis quando da sua publicação, evidenciando, desde já, dissonâncias entre as versões noticiadas sobre este mesmo fato.

No período que se sucedeu, à medida em que avançavam as investigações sobre a ocorrência, novas informações surgiram e novas matérias foram publicadas, citando, cada uma a seu tom, detalhes obtidos da apuração do crime. Neste momento, as autoridades encontraram vestígios de autoflagelação e perceberam uma ausência de relação entre o símbolo gravado na pele da denunciante e o emblema historicamente ligado ao nacional-socialismo alemão. Por fim, chegou-se à conclusão de que os cortes foram auto infligidos e a suposta agredida haveria de ser indiciada por falsa comunicação de crime. Novamente, cada publicação noticiou as descobertas a seu modo.

Considerando que a opinião pública se baseia nas informações que as mídias fornecem aos indivíduos da sociedade, devemos também levar em conta que cada um desses indivíduos constrói seus argumentos tendo como referência as memórias criadas a partir destas informações. Assim, a hipótese da determinação do tema sobre o qual gira em torno debate público também propicia uma mutação na maneira sobre como o indivíduo constrói memórias sobre o próprio contexto em que está inserido.

Haja vista que a maior parte do público brasileiro tem os primeiros contatos – às vezes o único contato - com a notícia por via da mídia digital, fenômeno observado com frequência nas citações de fontes sobre o debate público, escolhemos esta – a mídia digital – como objeto para esta pesquisa, representados por três veículos: os *sites* Carta Capital, GaúchaZH e Renova Mídia. A preferência por estes veículos se dá também pela diversidade de pontos de vista com que exploraram e expuseram o mesmo fato e pelos seus respectivos posicionamentos frente à realidade.

A análise considera o discurso e as inferências nele presentes como fonte de informação e de formação para o público, sendo assim, responsável pela construção da *memória coletiva* acerca de determinado fato. Os três veículos construíram, de formas distintas, suas publicações relacionadas ao tema. Assumindo a premissa de que o ambiente digital representa o maior fluxo de emissão e recepção

de conteúdo informativo de que dispomos no momento, também se faz prudente questionarmo-nos sobre os efeitos dessa discrepância no processo de conhecimento pessoal do indivíduo sobre a sua própria realidade.

Darão sustentação às discussões sobre teorias do jornalismo e processos de produção de notícias autores como Sirena (2013), Hohlfeldt (2002) e Porto (2018). Na área das tendências para o jornalismo político, vertente de trabalho em que mais se nota influência da mídia sobre o público, apoiar-nos-emos em Soares (2016), Matos (2008) e Albino (2004). Para ilustrar o jornalismo como repositório de memórias recorreremos a Matheus (2011), Pinheiro (2013) e Laje (2013). Finalmente, no que toca à parametrização dos procedimentos de análise de conteúdo, nos valem da contribuição de autores como Bardin (1977) e Fonseca Junior (*in* DUARTE, BARROS, 2006) para uma maior precisão tanto da coleta de dados quanto da execução da análise.

Para o desenvolvimento desta pesquisa serão utilizados os métodos de pesquisa bibliográfica, para conceito e contextualização, e de análise de conteúdo, no intuito de conhecer as inferências presentes nas matérias analisadas da Carta Capital, GaúchaZH e Renova Mídia. Segundo Fonseca Junior (*in* BARROS; DUARTE, 2006, p. 284), "a inferência é considerada uma operação lógica destinada a extrair conhecimentos sobre os aspectos latentes da mensagem analisada".

Esta monografia conta com cinco capítulos, sendo o segundo dedicado à exploração sobre a importância do jornalismo como repositório de memórias, bem como o dever de memória do jornalismo. Também relacionamos, em um subcapítulo, as contribuições da mídia para a construção da memória dos indivíduos.

No terceiro capítulo discorreremos sobre as relações entre política e jornalismo, bem como a hipótese do agendamento e suas recorrências no jornalismo que observamos atualmente, assim como as consequências advindas de eventuais conflitos junto à sociedade. Será distribuído em três subcapítulos visando conceituar e contextualizar o objeto que estudaremos.

O quarto capítulo é dedicado às análises das matérias publicadas sobre o incidente da suposta agressão. Primeiramente, exploraremos a análise de inferências e a sua relevância como condição para a elucidação do que nos propomos a realizar, seguido de uma breve explanação sobre a metodologia que nos propomos a aplicar para a análise do material escolhido. Seguimos com uma breve explicação dos fatos que geraram as coberturas que compõem o *corpus* da pesquisa, e iniciamos

as análises propriamente ditas a partir do quarto subcapítulo, com as publicações de 10 a 24 de outubro do *site* GaúchaZH. Segue, no quinto subcapítulo, a análise das publicações relativas ao período de 11 a 24 de outubro do *site* da revista Carta Capital. O sexto subcapítulo será reservado à análise das publicações referentes a 11 a 25 de outubro do *site* independente Renova Mídia. Esta parte da pesquisa é seguida pela conclusão, em que apresentamos o que apreendemos deste trabalho.

A pesquisa tem por finalidades investigar se e de que maneira a hipótese do agendamento influencia na construção da memória dos indivíduos da sociedade civil sobre a realidade em que se insere, explorar como acontece atualmente o processo de agendamento e como se dá o processo de construção da memória a partir do conteúdo noticioso publicado pela mídia, especialmente na internet.

2 JORNALISMO E CONHECIMENTO: UM REPOSITÓRIO DE MEMÓRIAS

O jornalismo encerra em si mais do que apenas o papel de informar o público sobre os fatos da atualidade. A promoção do bem comum pela atividade jornalística perpassa o presente e serve também de farol para quem deseja ter uma visão histórica - ainda que com suas limitações - sobre o contexto em que foi produzido tal acontecimento, servindo de referência inclusive para os profissionais da área da história:

O jornalismo seria uma prática comunicacional em perfeita conformidade com certa historicidade, não apenas pelo conteúdo do que narra, mas principalmente pelas características temporais de sua narratividade. Seria a forma de representação mais adequada a certa compreensão de história, instrumento privilegiado com o qual se opera essa compreensão. (MATHEUS, 2011, p. 2)

2.1 MEMÓRIA E TRANSMISSÃO DA HISTÓRIA

Uma vez encerrado o ciclo de consumo do conteúdo disponibilizado pelo veículo, aquele conteúdo não fica inútil. Ele “ganha outra dimensão: o espectro da memória, das referências sobre o cotidiano, do tempo presente que se findou, porém sem se desvencilhar do tempo que chegou” (PINHEIRO, 2013, p. 8). Assim, ele adquire *status* de lugar seguro para a revisitação de fatos, auxílio historiográfico, repositório documental da realidade sobre um determinado contexto. O jornalismo torna-se um *lugar de memória* e ocupa “um espaço proeminente nesse contexto em que a memória assume feições diversas entre o uso comercial, político, judicioso, enfim, cotidiano” (LAGE, 2013, p. 2). Como *lugar de memória*, então, fica submetido ao dever de informar com o máximo de respeito possível à verdade dos fatos para uma fidedigna formação da memória coletiva. Por *memória*, entendamos “tudo que envolve os processos mentais e as muitas informações no cérebro, tais como ideias, imagens e diferentes dados, tudo que por diferentes motivos se destaque entre os registros de acontecimentos passados” (MICHEL, J.; MICHEL, M. 2015, p. 5), fenômeno construído principalmente através da constante troca interpessoal de informações, atividade inerente ao ser humano:

Assim como a memória é sempre uma perspectiva de diversas memórias coletivas que individualmente se contribuem para atualizar (HALBAWACHS, 1990), também as leituras que se realizam do jornal e os significados que o jornalismo teve e tem não se encerram nos indivíduos. Não são eles,

isoladamente, que constroem esses significados, mas o fazem coletivamente (MATHEUS, 2011, p. 111).

Por ser o jornalismo uma forma de transmissão e revisitação da história, toma uma importância cuja magnitude transcende os sentidos básicos sobre a memória como apenas um dado armazenado pelo cérebro. “A importância dos meios de comunicação na formação e mediação da nossa memória e da consciência histórica é tal que prevalecem lembranças relacionadas a eles mesmo quando se trata de lugares onde não se esteve fisicamente” (MATHEUS, 2011, p. 115). É o caso, para muitas pessoas, de coberturas jornalísticas de impacto, como os famosos plantões transmitidos pela Rede Globo de Televisão quando do atentado às Torres Gêmeas do World Trade Center, em 2001, o que evidencia a responsabilidade que o jornalismo possui quanto à formação da memória e a produção de sentidos sobre determinado evento. Não se trata apenas de disponibilizar a informação, mas de conferir a essa informação um caráter permanente de lembrança sobre um fato, agregada a experiências particulares e individuais, deixando uma marca mais profunda na percepção das pessoas.

Fato é, no entanto, que a noção da transmissão da memória pelas mídias de informação é algo que se encontra ainda muito subjetivo e passível de discussão, uma vez que os critérios para a escolha dos dados a serem transmitidos não possui uma regra específica. O mesmo acontece quanto à forma de abordagem desses assuntos:

Em relação ao conteúdo o problema não é menor, pois os produtos jornalísticos são diversos. Costuma-se dizer que se trata da transmissão de informações públicas relevantes, mas não se entende o que seja *informação*, muito menos *pública* e *relevante*. Até porque boa parte das histórias contadas nos jornais ser privada e relevante é algo bastante subjetivo. Além disso, informação é algo tão vago e tão presente em todos os momentos da vida que é difícil identificá-la, ainda mais atribuí-la à esfera do jornalismo (MATHEUS, 2011, p. 148).

A subjetividade, portanto, atribuída às escolhas temáticas adotadas pelas narrativas que temos observado, caracteriza uma brecha para que o profissional responsável pela produção do conteúdo possa, à sua maneira, incutir pontos de vista e outras informações (inclusive com o uso de inferências) que reforcem concepções e estereótipos a serviço das suas intenções, disfarçadas sob a capa de conteúdo jornalístico, ao longo do texto. Para uma melhor compreensão da relação entre imagem, lembrança e memória, apropriamo-nos do conceito que Schmidt e Mahfoud analisam em seu estudo:

Segundo Halbwachs, uma semente de rememoração põe permanecer um dado abstrato, pode, ainda formar-se em imagem e como tal permanecer ou, finalmente, pode tornar-se lembrança viva. Esses destinos dependem da ausência ou presença de outros que se constituem como grupo de referência (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 288).

Acontece, portanto, que essa memória, formada por laços de ligação a grupos com os quais o indivíduo possui ligação afetiva, sem a qual a lembrança não é possível (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 289), sofre com a ação da manipulação da informação pelos veículos noticiosos que, em tese, deveriam servir como *curadores* da memória pública. Lage (2013, p. 2) escreve que “a mídia não transporta a memória pública inocentemente; ela a condiciona na sua própria estrutura e forma”, trecho em que o autor suscita a reflexão sobre o transporte e a reestruturação da memória, bem como o aspecto da mídia enquanto *repositório de memórias* (HUYSEN, 2000 apud LAGE, 2013, p. 2).

Podemos, pois, assumir a premissa de que as pessoas que recebem essa informação poderão farão uso da mesma para os mais diversos fins (inclusive sociais) e que essa informação deixará marcas na sua consciência e em seus horizontes de conhecimento para além do presente. Tornar-se-ão memórias de hoje, transmitidas ao futuro, tanto sob a forma de peça arquivística de documentação de uma realidade de outrora, quanto sob a forma de uma narrativa que, atingindo seu público, perpetua-se nas mentes dos outros membros da sociedade civil e os transformam em receptáculos daquela visão da própria realidade, o que reforça a obrigação do jornalismo em manter a objetividade como prática na produção de conteúdo.

Não se trata, portanto, de observar a objetividade apenas como compromisso com a informação correta que o público deva receber, direito legítimo, principalmente de quem contrata um serviço pago de informação, mas também de prestar um serviço à própria história da sociedade, permitindo que dados apurados e tão vazios quanto for possível de ruídos, com relação à realidade, sejam veiculados. A não observância desse critério, além de caracterizar um desvio da função social do jornalismo, pode interferir na transmissão de conhecimento a longo prazo, pois a veiculação de uma informação distorcida é nociva à noção de verdade que teremos sobre o tempo presente, no futuro.

2.2 JORNALISMO E DEVER DE MEMÓRIA

O *lugar de memória* diz respeito a “uma imposição como obrigação, imperativo, estabelecendo um laço estreito com a justiça enquanto sentimento de dever a outros” (LAGE, 2013, p. 6) ou, no caso, a fatos que poderão ser contemplados no futuro e que, para tanto, precisam ser abordados obedecendo o critério da objetividade. As mídias, portanto, e em especial as mídias da informação caracterizam-se enquanto “lugares de – passagem da – memória” (LAGE, 2013, p. 12), pois “o profissional ao registrar fatos, contar histórias, de certa forma, contribui para a perpetuação daquilo que registrou” (MICHEL, J.; MICHEL, M. 2015, p. 1), e neste sentido, colabora para a preservação da visão geral sobre o contexto em que vivemos. Essa dinâmica se comprova, por exemplo, pela própria visão histórica que temos atualmente sobre o contexto da humanidade de séculos atrás e da vontade do ser humano de preservar suas memórias. As pesquisadoras Jerusa Michel e Margareth Michel salientam a importância do jornalismo para a construção da memória social e do registro da vida cotidiana para a manutenção da memória, que se tornam, portanto, influenciador da opinião pública (2015, p. 2). Na mesma esteira, abordam o desenvolvimento da narrativa e a prática da documentação do cotidiano como parte importante para a conservação da memória:

Desde os tempos primitivos técnicas de comunicação foram desenvolvidas com a finalidade de contribuir com a perpetuação do tempo e junto com técnicas capazes de desenvolver a memória (desenhos/imagens gravadas nas paredes das cavernas, inscrições em pedra, papiros, pergaminhos, etc) desenvolveu-se também a linguagem como instrumento de propagação das lembranças, representações e histórias, que proporcionou ao homem a possibilidade de construir e registrar sua trajetória (SAPIR in MICHEL, J.; MICHEL, M. 2015, p. 1).

Mais do que apenas páginas para arquivos e *bits* para lotar acervos digitais, o jornalismo possui, portanto, um dever de memória, uma vez que tem por principal função “revelar os fatos com a máxima neutralidade” e, prezando pelos “princípios da imparcialidade, interpretação e objetividade”, que são fundamentais para atingir consensos entre as pessoas (MICHEL J.; MICHEL M. 2015, p. 4), para garantir o conhecimento, no futuro, de fatos atuais. Reivindicando o caráter de documentação fiel dos fatos da atualidade, “o jornalismo cumpre a função de ser referencial sobre a realidade” (PINHEIRO, 2013, p. 2), o que influencia na visão que

o indivíduo tem sobre o próprio contexto sob os mais diversos aspectos (social, político, humano-afetivo...), uma vez que, “ao gerar um conhecimento sobre o cotidiano, traz para a comunidade uma notícia capaz de suscitar o sentido do comum, do que deve ser socializado por despertar o interesse público” (PINHEIRO, 2013, p. 3). Esse senso comum, produzido pelo jornalismo sobre a comunidade, é denominado, pela a autora, assim como por diversos outros autores, *memória coletiva*, conceito que abordaremos posteriormente e cuja compreensão é essencial para que entendamos a formação da memória individual, uma vez que não há lembrança sem vínculo afetivo do sujeito com o grupo de referência:

O grupo de referência é um grupo do qual o indivíduo já fez parte e com o qual estabeleceu uma comunidade de pensamentos, identificou-se e confundiu seu passado. O grupo está presente para o indivíduo não necessariamente, ou mesmo fundamentalmente, pela sua presença física, mas pela possibilidade que o indivíduo tem de retomar os modos de pensamento e a experiência comum próprios do grupo. A vitalidade das relações sociais do grupo dá vitalidade às imagens, que constituem a lembrança. Portanto, a lembrança é sempre fruto de um processo coletivo e está sempre inserida num contexto social preciso (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 288).

A responsabilidade do jornalismo, na transmissão dessas memórias para a referenciação da realidade, torna-se maior nos dias de hoje, frente à explosão dos meios de comunicação pela web:

Identidade, memória e jornalismo são, a partir dessa perspectiva, concepções tomadas como possuidoras de uma relação direta, isso porque o jornalismo (como mídia ou segmento da comunicação de massa) mantém relações claras com a História, caracterizando-se como ferramenta de compreensão e recuperação do passado. Em nenhuma outra época, a produção de conhecimentos foi tão intensa como nos dias de hoje registrando os fatos, o cotidiano, a própria história e nem sua aplicação assumiu papel tão importante na produção jornalística, seja na especificidade da notícia ou da reportagem enquanto um “documento” histórico, referência necessária para a compreensão da relação que se estabelece entre a “memória jornalística” e a “memória social”. (MICHEL, J.; MICHEL, M. 2015, p. 4)

Não apenas para a visitação no futuro, ainda no presente se faz uso da memória no jornalismo, sempre que o contexto de uma veiculação é relacionado com algum acontecimento passado, recurso necessário para um melhor entendimento do público sobre o que se está tentando falar, adquirindo o uso dessa prática, um viés memorial. “Se uma ideia de presente do acontecimento requer a convocação de sua memória, seja sob a forma do passado ou do dever de lembrar, a própria convocação da memória pede que certo presente do ocorrido se afigure sob a forma de revisitação”

(LAGE, 2013, p. 10), caracterizando “um presente que se deixa interpelar pelo passado” (idem, p. 11). A interpelação do passado, portanto, como sendo um resgate de um “presente passado” também passa pelo crivo da objetividade empregada para tais conteúdos, o que igualmente contribui para a formação da opinião pública e, por consequência, das decisões que os indivíduos tomarão com relação ao que lhes compete quanto ao seu juízo de valor, pois formaram-se tendo como base as informações disponíveis na imprensa. O jornalista precisa, portanto, observar certos conceitos que, embora pareçam utópicos, devem ser empregados tanto quanto possível na prática diária:

Conceitos como a verdade jornalística, a neutralidade, a imparcialidade passam a figurar, dessa forma, numa espécie de *hall* de ideais que, quando afrontados com o dia a dia profissional, se demonstram nem sempre possíveis ou ao alcance da imprensa. (MIRANDA; SHAEFER; MEDEIROS, 2015, p. 204)

Essa dificuldade de seguir tais ideais costuma ser frequente no jornalismo, e a prostração do profissional diante de tais situações propicia ruídos quanto ao produto final oferecido ao público, que busca uma informação sob os ditames da imparcialidade e da responsabilidade jornalística.

Sucumbir ao erro de omitir qualquer um desses ideais fere gravemente o preceito da objetividade da informação e, portanto, inutiliza o caráter do jornalismo como lugar de memória, pois a verdade deturpada deixa de ser verdade e se constitui uma visão de mundo que, na verdade, serve a interesses particulares, seja de organizações, pessoas ou grupos, para os mais diversos fins. O jornalismo, se torna uma instituição curadora de falsas memórias, manipuladas (ou negligenciadas), que não atendem a sua fundamental demanda que é contribuir para o bem comum e para a manutenção de uma democracia sadia e participativa. Os efeitos de se incorrer na omissão de informações, divulgar dados falsos ou inserir inferências maliciosas no texto, conforme procuraremos apurar neste estudo, seja por que razão for, podem ser catastróficos, se pensarmos que a escolha de um governante, baseado em informações carentes de apuração ou com alta carga de subjetividade - principalmente se for intencional - resultaria em prejuízos à nação e ao povo.

2.3 CONTRIBUIÇÕES DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA

Como vimos, a mídia ocupa papel fundamental na construção da consciência do indivíduo sobre a realidade em que está inserido. Disponibilizando ao

público a vasta gama de conteúdos a que este é exposto diariamente, o jornalismo influencia consideravelmente na expansão do horizonte de conhecimentos de cada indivíduo da sociedade civil e afeta a maneira pela qual pessoas fazem suas escolhas, tomam suas decisões ou percebem a realidade que está a sua volta. Esse fenômeno pode ser observado tomando-se como referência o pressuposto de que o jornalismo é uma forma específica de conhecimento, conforme os estudos do sociólogo Robert Enza Park. Para ele,

a extensão na qual a notícia circula determina a extensão do que os membros de uma sociedade participam de sua ação política. A notícia, como *algo que faz as pessoas falarem*, tende a possuir o caráter de um documento público e está limitada de um modo característico a eventos que causam mudanças súbitas e decisivas (PARK in BERGER; MAROCCO, 2008, p. 51).

Assim, o processo de construção do conhecimento - e sobretudo do senso comum - está intimamente ligado à hipótese do agendamento, em que existe “a influência da agenda jornalística sobre a agenda do público” (SIRENA, 2013, p. 1), como veremos mais adiante. A partir dessa hipótese, o que chamamos de *senso comum*, abarcado pelo que Park denomina *acquaintance with* (*familiaridade* - conhecimento intuitivo - que vai em contrapartida ao *knowledge about* - *conhecimento* - sistemático, científico) é também ditado pela documentação da realidade proposta pelos veículos de massa (PARK in BERGER; MAROCCO, 2008) e, uma vez que, “ao olhar de um jornalista, suas histórias são mais do que relatos subjetivos, são notícias, são acontecimentos” (MICHEL, J.; MICHEL, M. 2015, p. 4), podemos concluir que o que é publicado é tomado como verdade. “Parece real afirmar que o fato divulgado é construído por esse profissional e não dado pelo fato em si” (MIRANDA; SHAEFER; MEDEIROS, 2015, p. 204).

Levando isso em consideração, além da influência desses veículos sobre a sociedade, percebemos que o enquadramento que o profissional dá a certos assuntos tem consequências (tanto positivas quanto negativas) na maneira como se comportam os sujeitos individuais e sobre os mais diversos aspectos da vida, tanto particular quanto social. Isso acontece, não apenas com o conteúdo que está explícito, mas também pelas inferências presentes nos textos.

Tema de vários estudos, tanto na área das ciências sociais, quanto da psicologia, a construção da consciência do indivíduo, através do jornalismo tem, como *veículo* para a disseminação da informação, a linguagem:

Uma linguagem que ultrapassa os limites das páginas de jornais e das telas de TV, contribui para a construção do imaginário do cidadão acerca do mundo que o cerca. Os jornalistas são, de fato, formadores de opinião pública, construtores da agenda sobre política, economia, prognósticos para seu país, perspectivas de vida, divertimento e construção social (MIRANDA; SHAEFER; MEDEIROS, 2015, p. 197).

Na obra acima, as pesquisadoras abordam o tema da construção da realidade individual a partir de uma revisão histórica do papel social do jornalismo e questionam “se o jornalista pode ser considerado de fato um profissional neutro para executar um recorte do real, ou ainda, o quanto ele é realmente livre para escrever” (MIRANDA; SHAEFER; MEDEIROS, 2015, p. 203). O estudo aponta que,

se aquilo que *vira notícia* pode se tornar também a realidade construída no imaginário social acerca de diferentes aspectos do mundo, é possível dizer que os valores divulgados por essas notícias terão impacto no modo de vida do corpo social, tanto para o bem, quanto para o mal. É possível, portanto, fazer questionamentos sobre qual realidade social vem sendo construída sob influência do discurso jornalístico (MIRANDA; SHAEFER; MEDEIROS, 2015, p. 198)

Uma vez que o jornalismo produz no público esse efeito de identificar o que seja a verdade, no *status* de registro da realidade, têm-se o efeito da mutação - para não dizer *deturpação* - da memória coletiva. Entendamos *memória coletiva* traçando o diferencial desta com seu termo antagônico, *memória individual*, na esteira do sociólogo Maurice Halbwachs e abordado na obra de Schmidt e Mahfoud (1993), sobre a qual nos debruçamos para a realização deste trabalho: *memória individual* é a memória formada por “diferentes influências sociais” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 291) e, portanto, subjetiva e particular. Já a *memória coletiva*, esta que nos interessa, é “o trabalho que um determinado grupo social realiza, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns. O resultado deste trabalho é um acervo de lembranças compartilhadas que são o conteúdo da memória coletiva” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 291). Assim, a memória coletiva adquire fundamentação no horizonte dos conhecimentos dos indivíduos, cuja avaliação sobre os fatos que os circundam provém de relatos de veículos e organizações que se dedicam a escolher, apurar, tratar e publicar os acontecimentos de maior relevância para a sociedade.

Aceitando, portanto, que a contribuição da mídia para a construção da memória coletiva tem, como variáveis, fatores subjetivos no próprio processo da produção dos conteúdos; que a construção do conhecimento pela notícia tem ligação

Íntima com a hipótese do agendamento, e que a dinâmica que rege essa construção de conhecimento se dá pela disponibilização do conteúdo associado à ação de comunicação interpessoal, verificamos que a mídia contribui de maneira orgânica e involuntária na formação da memória dos indivíduos, e que a má gestão da informação - seja por negligência ou má-intenção - acarreta danos graves ao bom funcionamento de uma organização social, como nos propomos a mostrar neste trabalho.

A responsabilidade do jornalista em transmitir a informação precisa e sem vícios para contribuir na construção da consciência da sociedade sobre o meio em que vive também se dá pelo zelo que o profissional deve carregar consigo pelo próprio público que consome o produto que disponibiliza, além de fazer valer o investimento de quem paga por um serviço efetivo e que prima pelas boas práticas na profissão para um resultado condizente com a responsabilidade investida a todos os que se prontificam a relatar para informar.

3 JORNALISMO, POLÍTICA E AGENDAMENTO

3.1 A HIPÓTESE DO AGENDAMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES NA SOCIEDADE

A comunicação social, como qualquer ciência, vem sendo estudada à luz de vários princípios que formam hipóteses e teorias conforme a observação dos fenômenos mais latentes da área. Aqui propomos uma reflexão mais especificamente sobre a hipótese do agendamento e sobre seus efeitos sobre os indivíduos da sociedade.

Primeiramente, a exemplo de Hohlfeldt (2010, p. 189), convém explicar por que o *agenda setting*, ou agendamento trata-se de uma hipótese, sendo um equívoco frequente tratá-la como uma teoria. Uma hipótese

é um paradigma fechado, um modo *acabado* e, neste sentido, infenso a complementações ou conjugações, pela qual *traduzimos* uma determinada realidade segundo um certo modelo. Uma *hipótese*, ao contrário, é um sistema aberto, sempre inacabado, adverso ao conceito de *erro* característico de uma teoria. Assim, a uma hipótese não se pode jamais agregar um adjetivo que caracterize uma falha: uma hipótese é sempre uma experiência, um caminho a ser comprovado e que, se eventualmente *não der certo* naquela situação específica, não invalida necessariamente, o pressuposto alternativo de que uma outra variante, não presumida, cruzou pela hipótese empírica, fazendo com que, na experiência concretizada, ela não se confirmasse. (HOHLFELDT, 2010, p. 189)

Explicada a diferença entre uma teoria e uma hipótese, convém lembrarmos o conceito de agendamento, teoria cuja ação desejamos verificar neste estudo:

A Agenda Setting é uma hipótese que teve seus primeiros estudos nos Estados Unidos, porém, a questão do agendamento já está retratada em diversas partes do mundo. Quatro décadas depois do seu surgimento, a proposta foi aperfeiçoada por diversos pesquisadores, mas manteve sua essência. Em síntese, compreende-se que os meios de comunicação oferecem temas sobre os quais o público deve pensar e que os efeitos e impactos de influência são gerados a longo prazo (PORTO *et al.*, 2018, p. 255)

O conceito de agendamento, portanto, ganha sua centralidade à medida em que a mídia “não diz ao público o *que* pensar (...), mas sim *sobre o que* pensar” (SIRENA, 2013, p. 3). Se a hipótese estiver correta e a mídia pautar (agendar) os assuntos sobre os quais pensará o público, “as pessoas tendem a incluir ou excluir dos próprios conhecimentos o que a mídia inclui ou exclui do próprio conteúdo” (SHAW apud SIRENA, 2013, p.13), ou seja, ignora - se o que a mídia não veicula. Isso não apenas acontece referente ao tema em geral, mas frente a seus detalhes,

graças à supressão de pequenas informações dentro de um mesmo acontecimento, o que leva ao efeito de desconhecimento do público de informações muitas vezes importantes para a formação e emissão do juízo sobre qualquer assunto. Essa supressão de informações é notória principalmente no jornalismo político como podemos observar atualmente. Ora, se conseguimos observar esse comportamento inclusive em matérias sobre o mesmo fato veiculadas por dois veículos com políticas editoriais opostas, não é de um todo estranho que possamos encontrar o mesmo fenômeno com relação às inferências que possam eventualmente estar presentes nesses textos.

Podemos dizer que a representação da realidade apresentada pela mídia constitui uma importante projeção dos acontecimentos na opinião pública, e oferecendo temas que devam ser objeto de reflexão, formando e influenciando, em grande parte, a sua opinião. É por isso que os estudos da hipótese da agenda-setting são importantes visto que a mídia tem papel fundamental na disseminação das informações na contemporaneidade. (PORTO *et al.*, 2018, p. 33)

Assim, e considerando que a hipótese do agendamento é real, no contexto jornalístico atual, cabe a reflexão sobre o impacto das mídias na sociedade. O indivíduo que sofre a ação do agendamento, quando se depara com uma matéria jornalística do veículo da sua preferência, passa a ter conhecimento do fato levando em conta inclusive o tom com que foi escrita a matéria. Se mais agressiva, desperta no leitor a revolta. Se mais branda, passa a ser tida com maior naturalidade. A análise de conteúdo a que aqui nos propomos realizar verifica justamente se o uso de inferências está ligado com a deturpação do conhecimento das pessoas com relação à realidade em que se inserem.

Omitir informações é privar a sociedade do conhecimento sobre a totalidade dos acontecimentos, aspecto importante para uma boa formação de juízo sobre a realidade em que este indivíduo está inserido e, portanto, importante para a tomada de decisões e concepções, inclusive sobre o bem-comum, pressuposto de uma democracia, pressuposto esse que é ofendido sempre que a mídia exclui “uma gama de possíveis lados e opiniões sobre certos assuntos” (SIRENA, 2013, p. 3). O debate público é um dos aspectos que apresenta alterações quando essa omissão de informações acontece.

A nova e tão falada liberdade de imprensa, no entanto, tem sido relativa. Os constrangimentos políticos e econômicos ainda persistem. O último por exemplo tem impedido maiores críticas às estruturas de poder, como a questão do aumento da concentração de renda e a

continuidade da desigualdade social no Brasil. Os jornalistas também se sentem compelidos pelas pressões de mercado a atingir um público maior e para não alienar ou assustar os anunciantes (MATOS, 2008, p. 263).

3.2 O JORNALISMO E A MANUTENÇÃO DA DEMOCRACIA

É indiscutível que todo e qualquer esforço para prover informação ao grande público é um fator essencial para que toda democracia conserve o propósito de manter o poder nas mãos do povo, visto que não há como o público realizar escolhas sem a máxima detenção possível do conhecimento sobre o contexto em que está inserido. Assim, torna-se importante apoiar-nos no que diz Matos (2008, p. 12) sobre o papel da mídia na manutenção das democracias:

A mídia tem um papel central a desempenhar na mediação e na promoção do debate, permitindo e criando canais para o público participar mais no processo de decisão política, assim auxiliando na expansão de uma cidadania bem-informada que saberá exercer seus direitos. Dito isso, é importante frisar que a questão da relação entre a mídia e democracia vai além disso também. Ela se refere também à inclusão de mais jogadores na esfera pública; à democratização dos discursos da mídia e às práticas jornalísticas; à proliferação de diversos canais de comunicação e ao acesso de maiores segmentos da população ao debate de qualidade e aos meios de produção.

Embora esse papel central da mídia se mantenha mais do que nunca, tendo em vista a disseminação descomunal dos veículos noticiosos na internet, as deturpações factuais e contradições inclusive sobre a disponibilização de informações sobre um mesmo fato – e as inferências nelas presentes - têm servido com dificuldades para a aderência e engajamento do público junto às organizações jornalísticas. A situação se agrava na medida em que constatamos o fato de que a intensidade das atividades jornalísticas relacionadas à política, intensificam-se acordo com a proximidade de um pleito eleitoral (SOARES, 2016) e que a mídia recorreu, em diversas ocasiões, ao sensacionalismo e ao denunciismo, no desejo de atrair novos públicos, alimentando a já evidente indignação desse mesmo público, para aumentar as vendagens (MATOS, 2008).

Tais práticas do jornalismo – tanto a da intensificação das atividades referentes à política quanto a exploração da indignação do público para o aumento das vendagens – entram em choque com um terceiro fator decisivo para o cumprimento das boas práticas jornalísticas que levam a resultados efetivos na decodificação da mensagem: a objetividade. A premissa de que os veículos devem colocar-se em uma

posição neutra em suas publicações, detendo-se a publicarem apenas os fatos, de maneira que o leitor faça ele mesmo seus julgamentos (ROSSI, 1980), tem sido valorizado pela expansão da comunicação pela internet.

O jornalismo interpretativo e o comentário analítico também experimentaram uma expansão significativa no país, com as novas tecnologias e a Internet facilitando a emergência de blogs políticos nos grandes jornais. A tradição assim de jornalismo opinativo manteve a sua influência, embora o jornalismo interpretativo tenha funcionado muito em subordinação também ao ideal da objetividade. (MATOS, 2008, p. 235)

Acontece, no entanto, que a vasta gama de *sítes* noticiosos de que hoje dispomos tem sido carregada de inferências a serviço não da informação, mas de uma intenção de manobra do público leitor para fins variados. "Conflitos entre o profissionalismo e a objetividade versus o partidarismo, num contexto de declínio dos princípios do jornalismo militante nas redações, são debates que dominaram a esfera pública midiática nas últimas décadas " (MATOS, 2008, p. 236). O excesso de carga ideológica que se pode notar nos informativos que a sociedade consome atualmente pode ser prejudicial à recepção do conteúdo que realmente interessa ao jornalismo propagar, segundo a regra da objetividade: o fato em si. Aqui não nos referimos a comentários ou quaisquer outros gêneros de jornalismo opinativo. Até mesmo entre matérias factuais, em que não se deveriam ocorrer opiniões por parte de quem escreve, encontramos tais práticas:

Ao se tornar a principal fonte de informação do cidadão, a mídia eletrônica, especialmente a televisão, alterou não só o processo de formação da opinião pública, como também a própria natureza da democracia, agora reconfigurada como uma "democracia de público", na qual os elementos mais salientes são, além do já referido predomínio de uma imprensa apartidária, o enfraquecimento dos partidos, como única instância mediadora entre o eleitor e o poder político; a comunicação direta e virtual entre o eleitor e o candidato; a personalização do processo político; e o predomínio da propaganda em detrimento do debate, nas campanhas eleitorais (ALBINO, 2004, p. 46).

Uma vez que é veiculado como factual um conteúdo com carga opinativa inferencial, ou seja, quando uma notícia que deveria narrar um fato é, por meio de inferências, esculpida de maneira que o leitor leia o texto com a objetividade factual, porém tomando como verdades absolutas as cargas de opinião ideológica, perdemos a função social do jornalismo. Para a manutenção de uma democracia, é essencial que os cidadãos sejam detentores de uma informação factual sem manipulação e que tenham, dos veículos da mídia, a oportunidade de aplicar, em tais informações que

recebem, seus próprios juízos de valor. Isso, em um ambiente em que se exige a plenitude das capacidades críticas de todos os indivíduos, no entanto, discursos partidarizados ou declaradamente opinativos não ajudam na promoção de um ambiente favorável à reflexão e à crítica:

Esta linguagem remete à neurose narcísica dos indivíduos (e, portanto, a seus desejos de onipotência), a reforça e fornece seu campo de aplicação. Favorece a posição maniqueísta, em que são projetadas sobre os adversários todas as características negativas. A análise de conteúdo dos discursos políticos mostra que eles pretendem menos demonstrar e argumentar, do que seduzir, atrair, fascinar por figuras de estilo, por variações de vozes, intensidade expressiva e, sobretudo, por repetições de fórmulas simples, que podem ser retomadas em coro pelo conjunto das massas. Os discursos funcionam como indicadores de ação e visam impedir qualquer reflexão contraditória (SOARES, 2016, p. 30).

Uma comunicação que sirva aos mais básicos princípios da democracia é feita, portanto, segundo o objetivo de informar fatos em reportagens factuais e oferecer opiniões em espaços a elas destinados – *blogs*, colunas, artigos... -, oportunidade que o veículo tem de desempenhar a ação social a que está destinada a comunicação.

A narrativa factual deve ser puramente informativa, a fim de dar ao público subsídios para incentivo a um debate livre e uma tomada racional de decisão, ainda que corroborada pelos argumentos dos colunistas. Tal cuidado, na emissão das informações permite que o povo se torne mais empoderado e independente, colaborando para uma correta tomada de decisões significativas para o bom andamento da sociedade, sem pender para nenhuma corrente ideológica. Aqui, tomamos *ideologia*, não apenas como um conjunto de crenças, mas uma questão de tomada do poder (EAGLETON in TORRES, 2016, p. 56), motivo pelo qual se destaca o papel do jornalismo na manutenção da democracia, como abordamos anteriormente, cabendo-nos refletir sobre o papel que o jornalismo desempenha na atualidade, “observando as intervenções que as práticas vêm exercendo no processo de luta política” (TORRES, 2016, p. 57)

A não observância do critério da objetividade, principalmente no caso de matérias de cunho político-partidário, portanto, pode representar uma deturpação da realidade que é percebida pelo receptor e prejudica a fluidez do movimento político-democrático, uma vez que o indivíduo fica refém das posições a que é exposto nos textos e torna-se inapto para emitir qualquer juízo realista sobre a conjuntura em que está inserido:

A percepção da população acerca da realidade tem a ver com a seleção que os meios de comunicação fazem das discussões do mundo a serem apresentadas assim como seu enfoque (...) se os enfoques da mídia são determinantes, eles terminam por excluir uma gama de possíveis lados e opiniões sobre certos assuntos. (SIRENA, 2013, p. 3).

Faz-se, portanto, necessário observar que uma comunicação que cumpra o propósito de ser uma força benéfica aos ditames de uma democracia deve seguir livre de cargas opinativas (salvo em espaços destinados a isso) e/ou doutrinárias, mantendo a dignidade que o jornalismo sempre se preocupou em manter, de informar os fatos como eles acontecem, deixando livre ao público a oportunidade da formação de juízo e emissão de opinião.

3.3 CRISE E POLARIDADE: O JORNALISMO POLÍTICO NO BRASIL

O escopo político do jornalismo tem estado em alta no debate público, devido a vários fatores, ligados ou não à forma como vem se desenvolvendo a democracia no Brasil. Nas últimas décadas, pudemos acompanhar, em todos os noticiários, os escândalos de corrupção que só cresceram em proporção e recorrência. Diversos partidos políticos, setores e movimentos sociais passaram a ser rechaçados e acusados pelas mais variadas formas e motivos possíveis.

Não apenas no que toca à informação factual, estes mesmos veículos assumem muito explicitamente com relação às visões ideológicas a que aderem, tornando a informação carregada de tensões, inferências ofensivas e, por vezes, até mesmo deselegantes, para dizer o mínimo.

O campo ideológico é inerentemente concorrencial e conflitivo, a violência simbólica caracteriza o campo ideológico, no qual cada locutor procura afirmar-se em relação aos demais, pela conquista e conservação de um *status* ideológico, o que suscita uma posição agressiva e defensiva (SOARES, 2016, p. 40)

O debate público tornou-se radicalizado, insistente e pedante, repleto de especulações e carente de conhecimentos, baseado em argumentos rasos e sem fundamentação – a maior parte provindo de informações que saíram das mídias de massa -. A força com que têm sido observadas essas mutações vem se intensificando, à medida em que se aproximam as disputas eleitorais, na medida em que cresce o propósito dos veículos de imprimirem suas convicções ideológicas, agindo não na intenção de informar, mas de recrutar adeptos à sua própria política:

Esta linguagem remete à neurose narcísica dos indivíduos (e, portanto, a seus desejos de onipotência), a reforça e fornece seu campo de

aplicação. Favorece a posição maniqueísta, em que são projetadas sobre os adversários todas as características negativas. A análise de conteúdo dos discursos políticos mostra que eles pretendem menos demonstrar e argumentar, do que seduzir, atrair, fascinar por figuras de estilo, por variações de vozes, intensidade expressiva e, sobretudo, por repetições de fórmulas simples, que podem ser retomadas em coro pelo conjunto das massas. Os discursos funcionam como indicadores de ação e visam impedir qualquer reflexão contraditória. (SOARES, 2016, p. 16)

Essa postura de guerrilha, que podemos notar na mídia, não traz apenas a crise de credibilidade que podemos perceber, uma vez que os veículos passam a ser vistos e avaliados como *instrumentos* de uma engenharia social a serviço de ideologias políticas. Também desvia o caráter imparcial a que deve se propor a atividade jornalística de uma forma geral, colocando em dúvida a autenticidade das informações ali dispostas:

A atual crise do jornalismo está menos relacionada ao processo de favorecimento da objetividade no jornalismo, e mais ligada a uma série de constrangimentos políticos e econômicos que incluem a maximização da concentração da mídia e o rebaixamento de certos padrões de qualidade para atingir públicos maiores. (MATOS, 2008, p. 256).

Tal atitude da mídia de explorar, através de inferências, sentimentos de revolta ou quaisquer outros para atingir as massas, esperando resultados que favoreçam os próprios interesses ideológicos, portanto, torna-se escusa e caracteriza-se como um desvio dos propósitos da atividade profissional, pois gera a discórdia e a divisão entre os membros da sociedade civil que, dispondo de informações incompletas – no mais das vezes enganosas – voltarão sentimentos negativos a favor dos interesses da mesma organização, baseados em premissas falsas, corrompidas e cobertas por essas intenções, mesmo que não conscientemente. Essa exploração dos sentimentos do público para o alcance de um objetivo baseado nos próprios interesses, torna-se, portanto, desonesto e totalmente fora do que propõe a prática profissional diária de informar de maneira imparcial e objetiva sobre os fatos que acontecem e que fazem a diferença para que o público tome seu lugar como cidadão participante de uma democracia saudável e produtiva para todos os membros da sociedade.

As informações disseminadas pelos meios de comunicação podem ser influenciadas por esse contexto e o processo de produção e apuração pode estar impregnado por uma série de posicionamentos. Alguns aspectos ideológicos acabam evidenciados e revelam a relação do conteúdo editorial e, conseqüentemente, dos jornalistas com os sistemas de poder político e econômico. (TORRES, 2016, p. 57).

Eis, portanto, a dificuldade que coloca o jornalismo em crise (principalmente o jornalismo político) nos dias de hoje. A polarização que pudemos notar principalmente nas atividades referentes ao pleito eleitoral de 2018, pode ter sido efeito do combustível utilizado pela mídia de explorar as frustrações e os maus sentimentos do público para fins eleitorais que, em concomitância com os interesses dos próprios veículos, tomaram proporções gigantescas e levaram a episódios lamentáveis, como a notícia que gerou nossos objetos de análise: as três matérias sobre o caso da mulher que se mutilou com um canivete no abdômen e acusou seguidores de um candidato sobre a atrocidade. Na análise que se segue, isso está bem ilustrado pelo fato de nenhum dos veículos ter realizado apuração própria dos fatos, já que todos eles acabaram contando de maneira totalmente diferente daquilo que teriam descoberto se assim o tivessem feito.

4 ANÁLISES

Vimos, ao longo do nosso estudo, as múltiplas possibilidades do jornalismo que vem sendo realizado nos mais variados veículos com que nos deparamos hoje em dia, embasados em estudiosos que dedicaram seu tempo a compreender o atual cenário da mídia, suas relações com o público, recepção de conteúdo e o comportamento que certas práticas provocam organicamente na sociedade. Abordamos conceitos primordiais para entender a dinâmica da formação da memória do indivíduo sobre a contribuição do jornalismo, a ação das mídias frente aos desafios de manter a objetividade e a imparcialidade nos produtos jornalísticos e a responsabilidade desses veículos com a formação da opinião pública, conservação da memória da sociedade e manutenção da democracia.

Assim, portanto, identificamos a necessidade de destrinchar, não apenas os textos que se nos apresentam à primeira vista nos nossos objetos de estudo, mas também as entrelinhas do que foi escrito, através de inferências, que se dedicam a “extrair conhecimentos sobre os aspectos latentes da mensagem analisada” (FONSECA JUNIOR *in* DUARTE; BARROS, 2006, p. 284) presentes nessas peças, como veremos *a posteriori*.

Para uma correta análise dessas inferências, e buscando conclusões efetivamente relevantes, valemo-nos da técnica da análise de conteúdo, “uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto na comunicação” (BERELSON *in* BARDIN, 1977, p. 18):

Qualquer que seja o termo utilizado, parece que o fundamento da especificidade da análise de conteúdo (e os trabalhos atuais produzidos acerca deste assunto, indicam um certo consenso) reside nesta articulação entre:

- *a superfície dos textos*, descrita e analisada (pelo menos em alguns elementos característicos) e
- *os fatores que determinaram estas características*, deduzidos logicamente.

Ou, por outras palavras, o que se procura estabelecer quando se realiza uma análise conscientemente ou não, é uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas (por exemplo: condutas, ideologias e atitudes) dos enunciados (BARDIN, 1977, p. 41).

Trata-se, portanto de fornecer “informações, que a análise subjetiva *normal*, por si só, não fazia aparecer” (BARDIN, 1977, p. 17) ou, ainda,

Dizer não à *leitura simples do real*, sempre sedutora, forjar conceitos operatórios, aceitar o caráter provisório de hipóteses, definir planos

experimentais ou de investigação (a fim de despistar as primeiras impressões, como diria P. H. Lazarsfeld) (BARDIN, 1977, p. 28).

Tomamos aqui essa metodologia na função de “administração da prova”, que visa comprovar uma hipótese com base nesta análise sistemática (BARDIN, 1977, p. 29). Recorremos majoritariamente ao método aprimorado pela pesquisadora francesa Laurence Bardin (1977) para a realização dessa etapa da nossa pesquisa. Assim, “o interesse não reside na descrição dos conteúdos, mas sim no que estes nos poderão ensinar após serem tratados (por classificação, por exemplo) relativamente a outras coisas” (BARDIN, 1977, p. 38).

Desenvolvida a partir do início do século XX e utilizada por diversos campos do conhecimento, a análise de conteúdo consolidou-se nos Estados Unidos, principalmente pelas análises quantitativas de jornais realizadas por Lasswell em imprensa e propaganda, em resposta ao subjetivismo da análise de texto - em tendência, na época. Sua finalidade consta principalmente em mensurar com mais precisão as incidências que possam sistematicamente informar um determinado comportamento na produção de conteúdo para as mídias de massa, evidenciando sua herança positivista (JUNIOR in DUARTE; BARROS, 2006). A escolha por essa metodologia ocorreu pela maneira com que ela se propõe a clarificar dois dilemas frequentes a respeito de peças jornalísticas:

De uma maneira geral, pode dizer-se que a sutileza dos métodos de análise de conteúdo corresponde aos objetivos seguintes:

- a *ultrapassagem da incerteza*: o que eu julgo ver na mensagem estará lá efetivamente contido, podendo esta *visão* muito pessoal ser partilhada com outros? Por outras palavras, será a minha leitura válida e generalizável?

- e o *enriquecimento da leitura*: se um olhar imediato, espontâneo, é, já fecundo, não poderá uma leitura atenta, aumentar a produtividade e a pertinência? Pela descoberta de conteúdos e de estruturas que confirmam (ou infirmam) o que se procura demonstrar a propósito das mensagens, ou pelo esclarecimento de elementos de significações susceptíveis de conduzir a uma descrição de mecanismos que *a priori* não detínhamos a compreensão (BARDIN, 1977, p. 29).

Considerando que, “por detrás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, esconde-se um sentido que convém desvendar” (BARDIN, 1977, p. 14), a intenção e o esforço deste trabalho encontram-se, portanto, em verificar, por meio da análise de conteúdo, a carga de inferências encontráveis em três veículos noticiosos *online*, de diferentes posições políticas e abrangências (um veículo considerado ideologicamente neutro de âmbito local - GaúchaZH -, um que se

auto-identifica com ideologias de espectro político de esquerda de âmbito nacional - Carta Capital - e outro da mídia alternativa e, portanto, sem centralização e claramente adepto a ideologias mais conservadoras - site Renova Mídia). Essas publicações tratam do incidente da suposta vítima de agressão que teria sido marcada com uma suástica na região do abdômen por partidários do então candidato a presidente da República, Jair Messias Bolsonaro. O fato aconteceu em Porto Alegre, em meio às campanhas eleitorais de 2018 e foi relatado à Polícia Civil em 10 de outubro daquele ano. Os três veículos abordaram o mesmo fato de diferentes maneiras, com narrativas divergentes, exprimindo pontos de vista muito distintos e, por vezes, contraditórios, sempre servindo a favor da ideologia de que declaram ser adeptos, motivo pelo qual se deu a escolha dessas amostras. A constituição do *corpus* desta pesquisa se dará na cobertura e referências dos três sites sobre o acontecimento, compreendidos entre as datas de 10 e 13 de outubro de 2018.

A partir dessa análise, pretendemos identificar elementos que possam indicar possibilidades de distorção da realidade - ou, no mínimo, um desvio das premissas de imparcialidade e objetividade - e suas consequências na formação da memória pública a serviço de uma engenharia social. Para tanto, realizamos previamente uma leitura flutuante das peças que nos propomos a analisar, seguindo os critérios da exaustividade e da representatividade segundo o que propõe Fonseca Junior (*in* DUARTE; BARROS, 2006), seguido da construção do *corpus* desta pesquisa, com base nos autores referenciados, e de uma codificação dos termos a que nos propomos analisar.

Optamos por realizar uma análise qualitativa, em vez da quantitativa, uma vez que não queremos analisar a recorrência do uso de terminologias, mas sim, a diversidade de elementos subjacentes nas mensagens selecionadas, para compreender de que maneira se dá a inserção da carga ideológica eventualmente presente nos textos jornalísticos, e de que maneira isso acontece na mídia, atualmente:

No plano metodológico, a querela entre a abordagem qualitativa e a abordagem quantitativa absorve certas cabeças. Na análise quantitativa, o que serve de informação é a *frequência* com que surgem certas características do conteúdo. Na análise qualitativa, é a *presença* ou a *ausência* de uma dada característica de conteúdo, ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração (BARDIN, 1977, p. 21).

4.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO: ANALISANDO INFERÊNCIAS

A técnica da análise de conteúdo que nos propomos realizar tem como intenção “a inferência de conhecimentos relativos à produção (ou, eventualmente, da recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 1977, p. 38).

Buscando entender de que tratamos quando mencionamos *inferências*, apoiamo-nos no conceito de Wilson Corrêa da Fonseca Júnior, presente na obra organizada por Duarte e Barros: “A inferência é considerada uma operação lógica destinada a extrair conhecimentos sobre aspectos latentes da mensagem analisada” (FONSECA JUNIOR *in* DUARTE; BARROS, 2006, p. 284). É o recurso utilizado pelo pesquisador para chegar a uma conclusão sobre se texto, tal como se apresenta, propicia ou não uma leitura menos convencional:

Estas inferências (ou deduções lógicas) podem responder a dois tipos de problemas:

- o que é que *conduziu* a um determinado enunciado? Este aspecto diz respeito às causas ou acidentes da mensagem;
- quais as *consequências* que um determinado enunciado vai provavelmente provocar? Isto refere-se aos possíveis *efeitos* das mensagens (por exemplo: os efeitos de uma campanha publicitária de propaganda) (BARDIN, 1977, p. 39).

Para a chegada às conclusões a respeito do objeto de estudo, é necessário, portanto, estar “centrado nos aspectos implícitos da mensagem analisada” (FONSECA JUNIOR *in* DUARTE; BARROS, 2006, p. 298), a fim de “evidenciar o sentido que se encontra em segundo plano” para “desvendar as *condições de produção* das mensagens analisadas, isto é, ‘as variáveis psicológicas do indivíduo emissor, variáveis sociológicas e culturais, variáveis relativas à situação da comunicação ou do contexto de produção da mensagem’ (BARDIN, 1988, p. 40 e p. 299). Neste caso, adotaremos variáveis de inferências específicas, ou seja, as inferências “vinculadas à situação específica do problema investigado” (FONSECA JR. *in* DUARTE; BARROS, 2006, p. 299).

Desta maneira, as análises que seguem se dedicam, em resumo, a procurar entender, por meio de inferências, em que condições e por que motivos conteúdos sobre um mesmo fato, imutável, verdadeiro e único, passam a ser narrados de maneiras tão distintas pelos três diferentes veículos escolhidos, bem como as intenções por trás de tal fenômeno e as consequências que podem causar tais práticas junto à sociedade no que concerne ao livre exercício da democracia e da cidadania e

à formação da memória do indivíduo sobre o contexto em que está ele mesmo inserido.

4.2 O MÉTODO

Propomos, como focos principais para esta análise, os títulos, *leads*, linhas de apoio (quando há a presença destas) e encerramento das matérias que constituem o *corpus* da pesquisa, pois consideramos ser nestas as partes do texto em que pode haver uma maior quantidade de amostras que queremos analisar. Também a reincidência de alguns vocábulos, no decorrer do texto, será considerada. Voltaremos nossa atenção a palavras-chave que expressem impressões positivas ou negativas sobre os envolvidos, fundamentais para que possamos identificar possíveis insinuações que caracterizem tendências opinativas no texto.

Realizada a *leitura flutuante*, ou seja, “o contato com os documentos a serem analisados” (FONSECA JR. in DUARTE; BARROS, 2006, p. 292), neste *corpus*, separamos os fragmentos de que nos utilizaremos para a análise, por critério de relevância e grau de inferência opinativa, e criamos tabelas para a sua codificação. Essas tabelas serão incluídas no corpo do texto da análise, visando um melhor entendimento dos dados que pretendemos analisar.

Escolhidos os códices e analisados os textos, destacamos suas palavras-chave, levando em consideração seu contexto de uso, posição dentro do texto e o número de incidências para cada uma delas, a fim de extrairmos as inferências que pretendemos averiguar.

4.3 FATOS

Em 9 de outubro de 2018, a 1ª Delegacia de Polícia Civil de Porto Alegre recebeu a queixa de uma mulher de 19 anos que acusava seguidores do então candidato à presidência da República, Jair Messias Bolsonaro, de abordarem-na e agredi-la, usando golpes de mão e marcando-a com o que seria uma suástica, no abdômen. Os supostos agressores teriam utilizado um canivete e teriam sido movidos pelo fato de a vítima estar utilizando uma camiseta com a inscrição *Ele Não*, movimento ligado a políticas partidárias de esquerda, contra a eleição de Bolsonaro, durante o pleito eleitoral daquele ano. O caso teria acontecido no bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre, logo após a vítima descer do ônibus.

O exame das lesões levou a polícia a constatar que se tratava de um caso de automutilação. A suposta vítima teria promovido uma falsa notificação de crime e, portanto, cometido crime previsto no Artigo 340 do Código Penal Brasileiro, passível de 1 a 6 meses de detenção ou pagamento de multa (SARAIVA, 2006, p. 576). Segundo o laudo divulgado em 13 de outubro, apresentado na íntegra por matéria do GaúchaZH, a denunciante teria feito outras lesões no corpo antes do seu depoimento à polícia. A mulher responde ainda hoje pelo crime.

4.4 ANÁLISE DE CONTEÚDO DE NOTÍCIAS VEICULADAS NO SITE GAÚCHAZH

O *site* de notícias GaúchaZH é o endereço eletrônico destinado ao repositório virtual de conteúdo jornalístico do jornal Zero Hora, que circula desde 1964, sendo o periódico impresso de maior circulação do estado e um dos maiores do Brasil. Com sede na capital gaúcha, o veículo não se identifica de forma explícita como adepto de *nenhum espectro político*, mantendo uma postura neutra com relação aos fatos que notícia.

Analizamos as duas publicações que se referem ao incidente: uma narra os fatos propriamente ditos e outra dá a conhecer o desfecho da história. O *site* pode ser acessado pelo endereço eletrônico <https://www.gauchazh.clicrbs.com.br>.

A primeira matéria, publicada em 10 de outubro, destina-se puramente à exposição dos fatos que compõem o acontecido, citando como fonte o delegado que cuidava da investigação, Paulo César Jardim. Trata as ações sofridas pela vítima com verbos no tempo condicional, não evidenciando qualquer certeza sobre as declarações da vítima à polícia. Emprega termos neutros para se referir à vítima, a exemplo das demais publicações. Podemos tomar como exemplo as passagens: “*Vítima*, de 19 anos, relatou ter sido espancada...” (linha de apoio) e “A Polícia Civil apura ataque a *uma jovem* na Cidade Baixa, em Porto Alegre” (lead).

Tabela 1 – Análise das palavras-chave da matéria de GaúchaZH em 10/10/2018

ASSINATURA
TÍTULO

não possui
POLÍCIA APURA ATAQUE A JOVEM QUE FOI AGREDIDA
E TEVE O CORPO MARCADO COM CANIVETE EM PORTO ALEGRE

CONTEXTO DE USO	VOCÁBULO-CHAVE/CÓDICE	LOCALIZAÇÃO NO TEXTO	Nº INSERÇÕES	OBSERVAÇÕES
Qualificativo do crime	agressão	lead / desenvolvimento	0	implícito
Qualificativo dos acusados	três homens / trio / homens	lead / desenvolvimento	1 / 1 / 1	
Qualificativo da vítima	jovem / vítima	título / linha de apoio	2 / 1	
Ação supostamente sofrida pela vítima	agredida / teve o corpo marcado / atacada	título / linha de apoio / desenvolvimento	2 / 2 / 1	
Motivação do suposto crime	não cita	não possui	0	
Ação dos agressores segundo a narrativa	teriam desferido socos / dois a seguravam / feito os riscos com o canivete	desenvolvimento	1 / 1 / 1	
Descrição da ação tomada pela polícia	apura um ataque / irão ouvir a jovem e buscar imagens	lead / desenvolvimento	1 / 1	
Ação da vítima	relatou ter sido espancada / contou aos policiais	linha de apoio / desenvolvimento	1 / 1	
Qualificativo das fontes	delegado	desenvolvimento / encerramento	3	O delegado e suas nomeações

Fonte: O autor (2019)

De igual forma, utiliza-se de termos neutros para se referir aos acusados do suposto crime, não enfatizando nenhuma intenção política com crime, ou enquadrando os agressores em qualquer movimento partidário: “... relatou que foi atacada por *três homens...*” (lead) e “... foi atacada pelo *trio...*” (segundo parágrafo).

Enfatiza, portanto, que expõe os dados fornecidos pela vítima às autoridades policiais quando do momento em que realizou o boletim de ocorrência, como em “A vítima *contou aos policiais que...*” e “Ela *disse à polícia que*” (segundo parágrafo).

Já na segunda matéria, datada de 13 de novembro, trata do desfecho da história e narra o andamento das investigações, com a faro-se em fontes primárias, como a entrevista cedida à imprensa pelo delegado Paulo César Jardim, de que provêm a maioria das declarações e citações, em número de quatro ao longo do texto, e o próprio laudo do exame realizado pela vítima junto ao Departamento Médico Legal. Disponibiliza, também, o áudio de uma entrevista cedida pelo delegado Jardim à Rádio Gaúcha, cuja transcrição encontra-se em anexo.

Tabela 2 – Análise das palavras-chave da matéria de GaúchaZH em 13/11/2018

ASSINATURA

não possui

TÍTULO

JOVEM QUE TERIA SIMULADO SUÁSTICA NA BARRIGA FEZ MAIS LESÕES NO CORPO ANTES DE DEPOR À POLÍCIA, DIZ LAUDO

CONTEXTO DE USO	VOCÁBULO-CHAVE/CÓDICE	LOCALIZAÇÃO NO TEXTO	Nº INSERÇÕES	OBSERVAÇÕES
Qualificativo do crime	agressão	não possui	0	implícito
Qualificativo dos acusados	não cita	não possui	0	
Qualificativo da vítima	jovem / mulher / vítima	título, desenvolvimento	2 / 1 / 1	
Ação supostamente sofrida pela vítima	não cita	não possui	0	
Motivação do suposto crime	portar objeto com o símbolo LGBT e com o termo "EleNão"	desenvolvimento	1	
Ação dos agressores segundo a narrativa	não cita	não possui	0	
Descrição da ação tomada pela polícia	indiciar por falsa comunicação de crime	desenvolvimento	1	
Ação da vítima	fez mais lesões / agiu intencionalmente	título / linha de apoio	1 / 1	
Qualificativo das fontes	delegado / o laudo	linha de apoio	4 / 1	O delegado e seus nominativos

Fonte: O autor (2019)

Neste texto, explicita a intenção da denunciante em fazer com que o suposto ataque atingisse um viés de repressão política ao informar a motivação do crime, como na passagem “além disso, todas as testemunhas negaram a versão

apresentada pela mulher, e a suposta agressão que ela teria sofrido por portar objeto com o símbolo LGBTQ+ e com o termo *EleNão* não apareceu em pelo menos 15 imagens de câmeras de segurança.” (5º parágrafo).

Os qualitativos da vítima continuam os mesmos, embora o texto apresente mais concisamente as más intenções da jovem, informando que a mesma teria feito em si mais lesões, como na linha de apoio “Segundo delegado Paulo César Jardim, conclusão de perícia reforça entendimento de que *a mulher agiu intencionalmente ao fazer escoriações*”.

4.5 ANÁLISE DE CONTEÚDO DE NOTÍCIAS VEICULADAS NO SITE DA REVISTA CARTA CAPITAL

A Carta Capital é uma revista da Editora Confiança, fundada em 1994, com sede na cidade de São Paulo. Volta seus esforços a uma leitura crítica dos fatos apresentados pelas demais revistas da época (Veja, Istoé, Época, etc...). Seu endereço eletrônico, a exemplo do veículo anterior, apresenta, não só o conteúdo publicado na versão impressa, mas oferece aos leitores uma narrativa mais ampla e continuada dos fatos de maior destaque no âmbito político-partidário. O *corpus* desta pesquisa volta sua atenção para a cobertura *online* sobre o fato da jovem da suástica na barriga veiculada no *website* desta publicação, que não se dedica meramente a duplicar o que é publicado na versão impressa quinzenal, mas à análise crítica dos fatos segundo a ideologia à qual se declara adepta. A publicação é conhecida e se autoposiciona com ideologias de espectro ideológico de *esquerda*.

As amostras do *site* da revista Carta Capital, que analisamos, são em número de quatro: duas sobre o fato em si e duas que constituem reportagens que tomam o fato como exemplo de extremismo das correntes direitistas, durante o pleito eleitoral de 2018. O *site* pode ser acessado pelo endereço <https://www.cartacapital.com.br>.

**Tabela 3 – Análise das palavras-chave da matéria de Carta Capital em
10/10/2018**

ASSINATURA

CARTA CAPITAL

TÍTULO

JOVEM É AGREDIDA E MARCADA COM SUÁSTICA POR VESTIR CAMISETA "ELE NÃO"

CONTEXTO DE USO	VOCÁBULO-CHAVE/CÓDICE	LOCALIZAÇÃO NO TEXTO	Nº INSERÇÕES	OBSERVAÇÕES
Qualificativo do crime	violência	título / desenvolvimento / conclusão	3	
Qualificativo dos acusados	simpatizantes de Bolsonaro	desenvolvimento	1	
Qualificativo da vítima	jovem	título, lead	2	
Ação supostamente sofrida pela vítima	abordada por quatro homens	lead	1	
Motivação do suposto crime	por usar / vestir uma camiseta "Ele Não"	título / lead	2	
Ação dos agressores segundo narrativa	teriam a agredido com socos / teriam segurado a vítima / um terceiro entalhou a suástica em sua barriga	desenvolvimento	1 / 1 / 1	
Descrição da ação tomada pela polícia	caso começou a ser investigado / agentes buscam câmeras	desenvolvimento	1 / 1	
Ação da vítima	relatou à Polícia Civil / mostrou uma foto	lead / desenvolvimento	1 / 1	
Qualificativo das fontes	Segundo o G1	desenvolvimento	1	

Fonte: O autor (2019)

A matéria publicada em 10 de outubro, ao contrário do que pudemos observar nas publicações da Gaúcha ZH, cumpre o propósito de enfatizar a violência supostamente sofrida pela vítima a serviço de uma opressão política a favor do então candidato Jair Bolsonaro, qualificando os agressores como seus *simpatizantes* e enfatizando que a motivação do crime teria sido o fato de a jovem estar utilizando uma camiseta com os dizeres “EleNão”, movimento de campanha contrária à sua candidatura como, por exemplo, no título: “Jovem é agredida e marcada com suástica por vestir camiseta *Ele Não*”.

Indica a ação dos criminosos de maneira mais detalhada e explícita, como em “eles teriam a atingido com socos. Na sequência, registra o Boletim de Ocorrência, dois deles teriam segurado a vítima, e um terceiro entalhou a suástica em sua barriga”, segundo a narração da vítima. Grifa, por repetição, a intenção da prática da violência pelos indivíduos e cita, como fonte, o *site* G1, da Rede Globo.

Tabela 4 – Análise das palavras-chave da matéria de Carta Capital em 11/10/2018

ASSINATURA GIOVANNA CONSTANTI

TÍTULO VIOLÊNCIA POLÍTICA PRÓ-BOLSONARO CRESCE APÓS PRIMEIRO TURNO

CONTEXTO DE USO	VOCÁBULO-CHAVE/CÓDICE	LOCALIZAÇÃO NO TEXTO	Nº INSERÇÕES	OBSERVAÇÕES
Qualificativo do crime	violência / agressões / ataques / intolerância	lead / desenvolvimento	2 / 2	
Qualificativo dos acusados	defensores do candidato à presidência Jair Bolsonaro / eleitores declarados do capitão da reserva / três homens	lead / desenvolvimento / olho com matéria em destaque (facebook)	1 / 1 / 3	
Qualificativo da vítima	mulher de 19 anos	desenvolvimento / olho com matéria em destaque (facebook)	2	
Ação supostamente sofrida pela vítima	foi abordada / foi humilhada / agredida a socos	desenvolvimento / olho com matéria em destaque (facebook)	2	
Motivação do suposto crime	questionou seus motivos para usar a camiseta (ELE NÃO)	desenvolvimento / olho com matéria em destaque (facebook)	2	
Ação dos agressores segundo a narrativa	Dois homens a seguraram / terceiro desenhou com canivete uma suástica	desenvolvimento / olho com matéria em destaque (facebook)	1	
Descrição da ação tomada pela polícia	Boletim de Ocorrência foi registrado / vítima passou por um	desenvolvimento	1	

	exame de corpo de delito			
Ação da vítima	fez BO / aguarda que os homens sejam identificados	olho com matéria em destaque (facebook)	1	
Qualificativo das fontes	não cita	não possui	0	

Fonte: O autor (2019)

O segundo fragmento, datado de 11 de outubro, apresenta um apanhado de crimes do mesmo teor que seriam relacionados a partidários do então candidato contra idealistas de espectro político mais progressista. Igualmente à primeira publicação em ordem cronológica, faz questão de sublinhar as palavras “violência” e “agressão” para qualificar o crime, utiliza-se de variadas expressões para enfatizar a ligação dos agressores com o então candidato e chega a citar a patente ocupada por Bolsonaro enquanto militar do Exército Brasileiro, como no quarto parágrafo, em que consta: “São agressões físicas e morais, cometidas por eleitores declarados do *capitão da reserva* contra mulheres, LGBTs e militantes.”

Apresenta olhos com links para publicações do veículo independente “Mídia Ninja”, citando praticamente *ipsis litteris* os textos neles contidos, incorrendo em repetições. Cita também a palavra “intolerância” para qualificar o suposto acontecido. Não apresenta fontes relacionadas aos dados publicados.

No terceiro fragmento, datado de 20 de outubro, o *site* publicou uma reportagem sobre a possibilidade do retorno do movimento neonazista no Rio Grande do Sul, em que citou o caso da mulher da suástica dentre os crimes com motivações políticas pró-Bolsonaristas. O caso é citado no lead da matéria como se verdade fosse, referindo-se ao acontecimento como “violência partidária” e deixando claro que a vítima “preferiu retirar a representação” criminal contra os agressores por medo de retaliação. Não há abundância de dados sobre o evento nesta matéria, visto que o foco central não é o fato em si, mas a hipótese do ressurgimento do movimento neonazista no Rio Grande do Sul.

**Tabela 5 – Análise das palavras-chave da matéria de Carta Capital em
20/10/2018**

ASSINATURA

CARTA CAPITAL

TÍTULO

**NEONAZISMO: UM FANTASMA QUE RESSURGE
NO RIO GRANDE DO SUL**

CONTEXTO DE USO	VOCÁBULO-CHAVE/CÓDICE	LOCALIZAÇÃO NO TEXTO	Nº INSERÇÕES	OBSERVAÇÕES
Qualificativo do crime	violência partidária	lead	1	
Qualificativo dos acusados	três rapazes	lead	1	
Qualificativo da vítima	jovem de 19 anos	lead	1	
Ação supostamente sofrida pela vítima	foi agredida / teve sua barriga marcada	lead	1 / 1	
Motivação do suposto crime	não cita	não possui	0	
Ação dos agressores segundo a narrativa	não cita	não possui	0	
Descrição da ação tomada pela polícia	não cita	não possui	0	
Ação da vítima	preferiu retirar a representação à polícia	lead	1	
Qualificativo das fontes	não cita	não possui	0	

Fonte: O autor (2019)

Por fim, o veículo publicou, em 24 de outubro, a conclusão da polícia de que a suástica seria consequência de autolesão, segue o padrão da primeira publicação. Apresenta os fatos e adiciona as conclusões da polícia segundo o laudo e entrevista do delegado Jardim. Diferente das demais matérias, não qualifica os criminosos como partidários de Bolsonaro, mas cita, na conclusão, que o motivo do crime seria a utilização de uma camiseta *EleNão*.

**Tabela 6 – Análise das palavras-chave da matéria de Carta Capital em
24/10/2018**

ASSINATURA

CARTA CAPITAL

TÍTULO

**POLÍCIA APONTA AUTOLESÃO EM SUÁSTICA;
DEFESA AFIRMA QUE LAUDO É INCONCLUSIVO**

CONTEXTO DE USO	VOCÁBULO-CHAVE/CÓDICE	LOCALIZAÇÃO NO TEXTO	Nº INSERÇÕES	OBSERVAÇÕES
Qualificativo do crime	ataque	não possui	0	implícito
Qualificativo dos acusados	quatro homens / grupo de homens	conclusão	1	
Qualificativo da vítima	jovem / vítima	lead / desenvolvimento / conclusão	7 / 5	
Ação supostamente sofrida pela vítima	disse ter sido atacada / será indiciada por falso testemunho / abordada	lead / desenvolvimento / conclusão	1 / 2 / 2	
Motivação do suposto crime	por usar uma camiseta "Ele Não"	conclusão	1	
Ação dos agressores segundo a narrativa	teriam atingido com socos / dois deles teriam segurado a vítima / terceiro entalhou a suástica	conclusão	1	
Descrição da ação tomada pela polícia	aponta autolesão / afirmou / disse à imprensa que há indícios de automutilação ou que tenham sido feitos de forma consentida / investigação será remetida à Justiça / disse que o desenho "seria uma suástica ao contrário"	título / lead	1 / 2 / 1 / 1	
Ação da vítima	relatou à Polícia Civil / mostrou uma foto	conclusão	1	
Qualificativo das fontes	o laudo / o delegado	desenvolvimento	1	

Fonte: O autor (2019)

A matéria tem seu enfoque na personagem principal, a “agredida”, uma vez que a palavra “jovem”, usada para se referir a ela, aparece sete vezes no texto,

uma delas no trecho do encerramento da matéria, que diz: “Na segunda-feira 9, uma *jovem* de 19 anos, moradora de Porto Alegre, relatou à Polícia Civil ter sido abordada por quatro homens *por usar uma camisa EleNão*, de oposição a Jair Bolsonaro”.

4.6 ANÁLISE DE CONTEÚDO DE NOTÍCIAS VEICULADAS NO *WEBSITE* RENOVA MÍDIA

Para a análise de veículos da mídia independente, escolhemos as publicações de um *website* noticioso de *espectro político mais conservador*, visando obter um equilíbrio de posicionamento ideológico com referência aos veículos analisados anteriormente. Para tanto, valemo-nos da cobertura disponível no Renova Mídia, um portal de conteúdo com sede na cidade de João Pessoa - PB. Embora tenhamos pesquisado, não encontramos qualquer menção sobre a data de fundação desta iniciativa.

**Tabela 7 – Análise das palavras-chave da matéria de Renova Mídia em
11/10/2018**

ASSINATURA

TARCISIO MORAIS

TÍTULO

JOVEM DA SUPOSTA SUÁSTICA DESISTE
DE ABRIR REPRESENTAÇÃO CRIMINAL

CONTEXTO DE USO	VOCÁBULO-CHAVE/CÓDICE	LOCALIZAÇÃO NO TEXTO	Nº INSERÇÕES	OBSERVAÇÕES
Qualificativo do crime	não cita	não possui	0	
Qualificativo dos acusados	três homens / apoiadores de Jair Bolsonaro	lead	1 / 1	
Qualificativo da vítima	jovem / mulher / suposta vítima	lead / desenvolvimento / desenvolvimento	2 / 1 / 1	
Ação supostamente sofrida pela vítima	ter sido atacada / ter sua barriga marcada	desenvolvimento	1 / 1	
Motivação do suposto crime	não cita	não possui	0	
Ação dos agressores segundo narrativa	não cita	não possui	0	
Descrição da ação tomada pela polícia	afirmou que a investigação está temporariamente suspensa / disse não reconhecer	desenvolvimento	1	

	uma suástica no ferimento			
Ação da vítima	alegou ter sido marcada / diz ter sido	lead / desenvolvimento	1	
Qualificativo das fontes	matéria do UOL / questionado pela imprensa (entrevista)	desenvolvimento	1 / 1	

Fonte: O autor (2019)

Em matéria datada de 11 de outubro, o veículo apresenta os fatos já com a desistência da vítima de abrir representação criminal contra seus agressores, qualificando os acusados, conforme a narração da vítima, como adeptos à campanha de Bolsonaro e qualifica a jovem com palavras menos brandas, como na passagem “a *suposta vítima* decidiu não entrar com uma representação criminal” (terceiro parágrafo), condicionando a veracidade dos fatos. Para efeito de contra-argumentação, também indica a posição do delegado Jardim sobre o erro no desenho da suástica no corpo da mulher. Cita como fontes uma matéria no Portal Uol, o jornal O Estado de São Paulo e uma entrevista coletiva cedida pelo delegado titular do caso.

Tabela 8 – Análise das palavras-chave da matéria de Renova Mídia em 15/10/2018

ASSINATURA

TARCISIO MORAIS

TÍTULO

POLÍCIA CONTINUA INVESTIGANDO CASO DA JOVEM MARCADA NA BARRIGA

CONTEXTO DE USO	VOCÁBULO-CHAVE/CÓDICE	LOCALIZAÇÃO NO TEXTO	Nº INSERÇÕES	OBSERVAÇÕES
Qualificativo do crime	agressão	não possui	0	não nominado
Qualificativo dos acusados	agressores	desenvolvimento / conclusão	2	
Qualificativo da vítima	jovem / estudante	título / lead	1 / 1	
Ação supostamente sofrida pela vítima	marcada na barriga	título	1	
Motivação do suposto crime	não cita	não possui	0	
Ação dos agressores segundo a narrativa	não cita	não possui	0	
Descrição da ação tomada pela polícia	diz que a investigação prossegue /	desenvolvimento	1 / 1	

	afirma que o símbolo desenhado...			
Ação da vítima	alega ter sido atacada / registrou boletim de ocorrência / prestou depoimento / se submeteu a exame / decidiu não representar legalmente	lead / desenvolvimento	1	
Qualificativo das fontes	o delegado	desenvolvimento / conclusão	3	

Fonte: O autor (2019)

O segundo texto, de 15 de outubro, narra a continuidade das investigações, texto em que qualifica os três homens como “agressores” e trata as declarações da vítima como “alegações”. Tem como fonte principal o delegado Jardim.

Tabela 9 – Análise das palavras-chave da matéria de Renova Mídia em 24/10/2018

ASSINATURA

TARCISIO MORAIS

TÍTULO

PERÍCIA APONTA AUTOMUTILAÇÃO NO CASO DA JOVEM DA SUÁSTICA

CONTEXTO DE USO	VOCÁBULO-CHAVE/CÓDICE	LOCALIZAÇÃO NO TEXTO	Nº INSERÇÕES	OBSERVAÇÕES
Qualificativo do crime	não cita	não possui	0	
Qualificativo dos acusados	não cita	não possui	0	
Qualificativo da vítima	jovem	título, linha de apoio, desenvolvimento, olho materia de referência	5	
Ação supostamente sofrida pela vítima	teve suástica marcada no corpo / teve corpo marcado	linha de apoio / desenvolvimento	1 / 1	
Motivação do suposto crime	não cita	não possui	0	
Ação dos agressores segundo a narrativa	não cita	não possui	0	
Descrição da ação tomada pela polícia	não cita	não possui	0	

Ação da vítima	não cita	não possui	0	
Qualificativo das fontes	Gaúcha ZH / laudo / delegado	lead / desenvolvimento / olho matéria de referência (facebook)	1 / 1	

Fonte: O autor (2019)

A matéria datada de 24 de outubro relata a conclusão da polícia de que a agressão na verdade se tratava de uma automutilação, ocasião em que ressalta as más intenções da suposta vítima e oferece argumentos a favor da hipótese de uma farsa. Apesar de poucas referências ao caso em si, apresenta uma referência em destaque sobre o segundo texto, de 15 de outubro, em que dizem “Renova Mídia havia alertado dias atrás que a polícia continuava investigando o caso mesmo após a jovem desistir de seguir adiante com ação criminal”. Cita como fontes matéria da Gaúcha ZH, o próprio laudo pericial e declarações do delegado titular do caso.

O último texto remete ao desmascaramento da farsa e a má intenção da suposta vítima, conforme indica no título “jovem da suástica fez mais lesões no corpo *para enganar polícia*”. Trata a jovem como “suspeita de se automutilar” (primeiro parágrafo), não cita termos que sugiram qualquer agressão física sofrida por ela por outrem e conta como principal fonte o delegado (citado quatro vezes), as conclusões dos peritos do caso e matérias da Gaúcha ZH, da qual saiu a matéria, adaptada.

**Tabela 10 – Análise das palavras-chave da matéria de Renova Mídia em
13/11/2018**

ASSINATURA

TARCISIO MORAIS

TÍTULO

**JOVEM DA SUÁSTICA FEZ MAIS LESÕES NO CORPO
PARA ENGANAR POLÍCIA**

CONTEXTO DE USO	VOCÁBULO-CHAVE/CÓDICE	LOCALIZAÇÃO NO TEXTO	Nº INSERÇÕES	OBSERVAÇÕES
Qualificativo do crime	não cita	não possui		
Qualificativo dos acusados	não cita	não possui	0	
Qualificativo da vítima	jovem / suspeita de se automutilar	título / linha de apoio	2 / 1	
Ação supostamente sofrida pela vítima	não cita	não possui	0	
Motivação do suposto crime	não cita	não possui	0	
Ação dos agressores segundo a narrativa	não cita	não possui	0	
Descrição da ação tomada pela polícia	não cita	não possui	0	
Ação da vítima	teria simulado suástica / enganar polícia	linha de apoio, título	1 / 1	
Qualificativo das fontes	delegado / conclusão dos peritos / Gaúcha ZH	desenvolvimento	4 / 1	

Fonte: O autor (2019)

5. CONCLUSÃO

Ao longo do nosso estudo, pudemos perceber diversos aspectos inerentes ao jornalismo que nos auxiliam a compreender e responder as perguntas desta pesquisa. Não apenas para informar o público do que acontece atualmente, o jornalismo possui um viés de fonte de informação para a posteridade, registrando o cotidiano das pessoas e perpetuando e trazendo à luz detalhes de uma determinada conjuntura, que podem ser consultados posteriormente e influenciam na formação da memória que as pessoas criam sobre a própria realidade.

No segundo capítulo, vimos que o jornalismo não apenas cumpre a missão de notificar o público dos fatos mais relevantes da atualidade, como também serve como *lugar de memória*, um espaço que cumpre a missão de repositório de recordações sobre um determinado contexto, e que esse repositório se encontra em total concordância com o caráter histórico da comunicação (MATHEUS, 2011), em que serve de documentação rica em informações para a revisitação de fatos do passado e suas conjunturas e, também por isso, tem o dever primordial de informar com a máxima fidelidade possível aos fatos que se propõe a abordar. Embora sejam ainda muito subjetivos os critérios adotados para a veiculação de notícias, faz-se necessário observar regras básicas, como a da objetividade e da isenção, uma vez que a não observância desses valores abre brechas para que o comunicador, ou emissor da mensagem, possa inculcar seus próprios valores ideológicos. A maneira como essas informações são emitidas influenciam diretamente sob a construção da memória do indivíduo que consome a informação e, principalmente, na gama de informações de que esse indivíduo dispõe no seu horizonte de conhecimentos, podendo ocasionar uma mutação na sua visão de mundo.

Considerando que, segundo Schmidt e Mahfoud (1993), a memória não é formada individualmente, mas depende da interação do indivíduo com grupos com os quais possui identidade, torna-se ainda mais relevante observar os valores básicos da transparência na produção de conteúdo, uma vez que a sociedade se vale do conhecimento que detém sobre a própria realidade para a tomada de decisões importantes e que, sem dúvida, influenciam em toda a história de um país e de seu povo, a exemplo de uma eleição presidencial ou de outras formas de exercício de uma democracia saudável e construtiva, inclusive pelo dever ético que o jornalismo se propõe a cumprir junto a quem subsidia as atividades dos veículos. Também se deve salientar que a falta de cuidado no exercício responsável do jornalismo caracteriza um

desvio da função social da atividade jornalística, pois a ausência da verdade não converge com o ideal do bem comum, essência de qualquer atividade voltada para a sociedade.

O jornalismo, como *lugar de memória*, age como um documento de perpetuação do que está registrado em si, uma vez que o comunicador conta a história através da própria percepção (LAGE, 2013) e a deixa disponível nos arquivos e acervos das organizações de comunicação para os que se interessarem em revisitar o passado. Também como função de registro da vida cotidiana da sociedade (MICHEL, J.; MICHEL, M. 2015), cumpre o dever de conservação da memória e serve como influenciadora da opinião pública pela formação de consensos entre os indivíduos que compõem a sociedade, bem como um local de referência da realidade, suscitando o sentido do comum, também denominado *memória coletiva* (PINHEIRO, 2013). A responsabilidade do jornalismo, em noticiar os fatos da maneira mais isenta possível, para que se construam memórias minimamente realistas pela coletividade dos membros da sociedade, torna-se ainda maior frente à explosão tecnológica que propicia o sempre crescente número de fontes de informação pela internet (MICHEL, J.; MICHEL, M. 2015), bem como pela necessidade de recorrer a arquivos - fatos passados para contextualização de novas informações, momento em que também acontece a revisitação do passado pela memória construída pela mídia.

Embora seja bastante evidente a necessidade de se observar o bom procedimento na produção de conteúdo, segundo Miranda, Schaefer e Medeiros (2015), há uma grande dificuldade, por parte dos profissionais do jornalismo, em se manterem fiéis a tais princípios, que enfrentam no dia-a-dia, o que torna possível a veiculação de *meias verdades*, o que caracteriza, não o propósito primário de qualquer informação veiculada por um veículo jornalístico, mas uma visão de mundo segundo um indivíduo, seja quais forem suas intenções e para que sirva o que ali está disposto. Isso pode acontecer por diversas causas, como omissão de informações, falta de apuração mais precisa ou intenções maliciosas ou escusas na veiculação do conteúdo *per se*.

Como forma de obtenção de conhecimento, o jornalismo contribui para que o indivíduo tome decisões conscientes, uma vez que a base de conhecimentos do indivíduo é formada pela visão que tem sobre o próprio contexto (PARK *in* BERGER; MAROCCO, 2008), o que faz com que a hipótese do agendamento, ou seja, a determinação sobre o debate público a partir da mídia (SIRENA, 2013) seja cogitável

enquanto fenômeno de construção da memória coletiva. Isso acontece principalmente considerando que o que é publicado seja como verdade (MICHEL, J.; MICHEL, M. 2015) e que o fato divulgado possa não ser determinado pela ordem geral dos acontecimentos, mas pela visão que o jornalista tenha sobre a própria realidade (MIRANDA; SHAEFER; MEDEIROS, 2015).

Assim, faz-se necessário, para uma efetiva comunicação da verdade, que o jornalista ou produtor de conteúdo estejam despojados de estereótipos, vícios ideológicos e quaisquer cargas que possam transmitir ao texto (escrito ou não) suas visões, opções e opiniões - salvo em espaços reservados para tal -, de maneira a contribuir com a perpetuação da verdade nos repositórios de memória, parte que toca ao jornalismo, bem como à promoção de uma *memória coletiva*, ou *senso comum* saudável e livre de vícios ou intenções maliciosas, contribuindo, assim, para um bom exercício da cidadania em todas as democracias.

O terceiro capítulo tratou da relação entre a hipótese da *agenda setting* no jornalismo com a política, bem como da ação destas na sociedade. Vimos que o agendamento, segundo Porto (2011) e Sirena (2013), os meios de comunicação pautam (agendam) os temas de interesse público, temas estes que farão parte do universo de conhecimento dos indivíduos conforme são abordados pela mídia, em contrapartida dos temas que não ganham espaço nos noticiosos, acabando por serem excluídos dos conhecimentos do indivíduo. Refletimos justamente sobre a omissão e distorção de informações intrínsecas aos conteúdos jornalísticos, que fazem com que fragmentos do fato publicado não cheguem ao conhecimento do público, excluindo, assim, tais informações de quem - se supõe - deveria ser detentora da totalidade dos fatos: a comunidade. Assim, a opinião pública fica defasada, baseada em especulações e mal fundamentada.

Essa defasagem na opinião pública acarreta, portanto, em uma série de efeitos negativos ao que deveria ser uma democracia, pois, não detendo informações concisas - ou minimamente coerentes -, deturpa a premissa do *poder popular*, enfraquece o debate público e, não obstante, modifica a formação de juízo sobre a realidade em que está inserido o indivíduo em questão.

A mídia, como principal provedora das informações necessárias para um debate público de qualidade (MATOS, 2008), tem em si a responsabilidade primordial de disponibilizar essas informações de modo isento, transparente e livre de quaisquer inclinações ou vícios ideológicos que possam existir. A disseminação desenfreada de

veículos noticiosos na internet, observada nos últimos anos pela popularização da ferramenta, coloca ainda mais em risco a segurança de que o que o público lê seja verídico ou minimamente apurado, resultando em ruídos, omissões - voluntárias ou não -, sensacionalismos e uma pesada carga de inferências e infirmações que servem à visão política de quem produz o conteúdo, principalmente no período que antecede o pleito eleitoral. (SOARES, 2016)

Apesar da valorização do juízo de valor individual, propiciado pela democratização da internet (MATOS, 2008), outro ofensor da objetividade jornalística, no âmbito digital, é justamente a emergência de blogs políticos e iniciativas levadas adiante por produtores de conteúdo que não possuem preparo - e, algumas vezes, mínima intensão - para separar o fato em si da opinião partidária, caracterizando um *jornalismo militante*, questão debatida em exaustão pela sociedade atualmente (MATOS, 2008). O efeito desta nova configuração midiática sobre um contexto político-partidário é precisamente o enfraquecimento do debate público em detrimento da propaganda partidária, que se observa às vésperas de qualquer eleição no Brasil (ALBINO, 2004). Dessa forma, discursos excessivamente partidarizados não servem para informar, mas para prejudicar uma reflexão crítica mais acertada sobre o assunto.

As mídias, deixando explícitas suas intenções e inclinações partidárias em matérias factuais, não apenas defasam o caráter informativo do jornalismo, mas também promovem uma cultura de *violência simbólica*, adotando uma postura combativa a ideologias contrárias e, portanto, incitando o mesmo comportamento na sociedade civil (SOARES, 2016), o que leva à percepção geral do que hoje conhecemos como *polarização ideológica*, fenômeno observado muito notoriamente no decorrer das atividades relacionadas às eleições presidenciais de 2018. Tal fenômeno também promove o descrédito que vêm sofrendo as organizações de mídia com relação à veracidade dos fatos e a veiculações de informações não procedentes, as caracterizadas *fake news*. Assim, julgamos prudente analisar conteúdos referentes ao incidente da jovem que se automutilou com um canivete com a marca de uma suástica na barriga, em outubro de 2018, e a forma com que foi abordado este incidente pelas mídias eletrônicas (internet) de iniciativas relacionadas às mais diversas vertentes ideológicas que podemos perceber.

Tratamos nossos objetos de estudo, compreendemos suas intenções, categorizamos palavras-chave e analisamos as inferências neles presentes para a tomada de conclusões a respeito das amostras escolhidas, de maneira que pudemos

avaliar em que estado se encontra a produção de conteúdo jornalístico no âmbito político no Brasil. Percebemos, com esta pesquisa, que o *site* GaúchaZH, considerado uma mídia de espectro político neutro, tratou do caso com a isenção que se espera de um veículo noticioso, não enfatizando posicionamentos político-partidários, opiniões ou qualquer inferência relacionada a maiores insinuações ou segundas intenções com as suas publicações, detendo-se apenas em relatar os fatos e o desfecho deles.

Já o site da revista Carta Capital tratou do ocorrido de maneira a vitimizar a jovem farsante e deturpar a imagem dos eleitores do então candidato Jair Bolsonaro. Devemos também salientar que a postura combativa do veículo contra o candidato, em detrimento da neutralidade, coloca em dúvida a veracidade dos demais casos que descreve a publicação sobre violência ideológica durante o pleito eleitoral, uma vez que a recorrência do erro pode ser possível.

As publicações realizadas pela iniciativa livre, com base no que publicou o *site* Renova Mídia, elucidam uma postura inicialmente neutra com relação ao caso, que se transformou em combativa à autora da farsa, uma vez que, constatada a divergência entre o que foi relatado à polícia e o que realmente aconteceu, tratou de tornar pública a visão sobre a própria protagonista do ocorrido.

Percebemos, então, que a hipótese do *agenda setting* influencia na construção da memória do indivíduo da sociedade civil à medida em que a mídia determina os temas presentes no debate público, pois o tema, tomado como verdade pela credibilidade que a função jornalística acumula em si, passa a fazer parte do horizonte de conhecimentos da sociedade, incutido na *memória coletiva*, e influenciando na construção da memória do indivíduo sobre a própria realidade. Temas excluídos, ou pouco abordados pelos veículos de comunicação, tendem a ter menos visibilidade e, portanto, a omissão da cobertura de certos assuntos – e até mesmo de fragmentos da informação dentro da matéria – tendem a não fazer parte do conhecimento dos membros que compõem a sociedade e, por isso, são ignorados como fatos e como verdades, não sendo tomados em consideração por quem constrói essa memória.

O processo de agendamento, atualmente, se dá notoriamente a partir do interesse que o veículo possui com a publicação da informação que, deverá surtir um efeito de manobra com as concepções individuais dos que formam o público

consumidor de matérias jornalísticas, e afetando fortemente na tomada de decisões sobre os mais diversos aspectos da vida social.

Assim, consideramos que há um condicionamento das informações conforme as ideologias de que são adeptos os veículos de comunicação, que essas manobras, em detrimento do que é factual, prejudicam a formação do juízo de valor dos indivíduos da sociedade civil, deturpa a visão sobre o próprio contexto que esses indivíduos possuem e defasa o sentido de memória, tanto do jornalismo como repositório de memórias, como da memória coletiva, necessária para a boa manutenção da democracia e da tomada de decisões dos indivíduos, que se basearão não na verdade, omitida ou condicionada por esses veículos, mas no que captaram de informações a partir destes veículos e das afirmações que lá estão. Para tanto, se faz necessário um reforço dos procedimentos jornalísticos de base, uma valorização dos princípios da objetividade, concisão e transparência, e uma reformulação dos processos de produção de conteúdo, a fim de tornar o conteúdo que consumimos diariamente confiável, construtivo e pleno de propósitos.

A relevância deste trabalho, a nível pessoal, se justifica por verificar de que maneira as informações jornalísticas com as que temos nos proposto a trabalhar desde o início do curso de jornalismo, de maneira a cumprir esta etapa de nossa formação já com entendimento dos processos vigentes na produção de conteúdo e seus efeitos diretos na visão da sociedade sobre a realidade. Na área da comunicação, mais especificamente do jornalismo, se faz importante a execução desta pesquisa no sentido de identificar um comportamento do receptor que, sob o efeito da decodificação de uma informação emitida por nós, profissionais da informação, bem como de que maneira os processos de produção de conteúdo influenciam no âmbito social e político em uma democracia. Para a sociedade, deixamos este trabalho como contribuição para um pensamento mais crítico e esclarecido quando do consumo diário de conteúdo jornalístico.

Assumindo a importância do tema, se faz interessante fomentar o avanço em pesquisas deste tipo principalmente para ampliar a abrangência do fenômeno que aqui nos dispomos a destrinchar. O bem comum, objetivo primordial da atividade jornalística, só é realmente alcançado quando apoiado na verdade e na intenção de informar sem desvios, vícios ou interesses escusos. Todo esforço para promover a lisura e a transparência dos métodos de produção de conteúdo não diz

respeito apenas à entrega de dados verídicos, mas à perpetuação do registro do cotidiano de cada membro da sociedade e das lembranças este produz. Assim, o desenvolvimento de pesquisas neste campo, assegura não apenas a melhoria na prática profissional, mas promove uma alusão mais que necessária ao caráter social do jornalismo.

REFERÊNCIAS

ALBINO, Antonio. RUBIM, Carlos (orgs). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. UNESP: São Paulo, 2004

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: 70,1977

BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. **A era glacial do jornalismo: Teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2008

CARTA CAPITAL. Jovem é agredida e marcada com suástica por vestir camisa “Ele Não”. **Carta Capital**, São Paulo, 10 out. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/jovem-e-marcada-com-suastica-por-vestir-camisa-ele-nao/page/276/>. Acesso em: 21 mar. 2019.

CARTA CAPITAL. Neonazismo: um fantasma que ressurge no Rio Grande do Sul. **Carta Capital**, São Paulo, 20 out. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/neonazismo-um-fantasma-que-ressurge-no-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 21 mar. 2019.

CARTA CAPITAL. Polícia aponta autolesão em suástica; defesa afirma que laudo é inconclusivo. **Carta Capital**, São Paulo, 24 out. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/policia-aponta-autolesao-em-suastica-defesa-afirma-que-laudo-e-inconclusivo/>. Acesso em: 21 mar. 2019.

CONSTANTINI, Giovana. Violência política pró-Bolsonaro cresce após primeiro turno. **Carta Capital**, São Paulo, 11 out. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/episodios-de-violencia-por-motivacoes-politicas-crescem-pos-primeiro-turno>. Acesso em: 21 mar. 2019.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org). **Métodos e técnicas da pesquisa em Comunicação**. 2ª ed. São paulo: Atlas, 2006

HOHLFELDT, Antonio, MARINO, Luiz C., FRANÇA, Vera Veiga (org.). **Teorias do Jornalismo: Conceitos, escolas e tendências**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010

JOVEM QUE teria simulado suástica na barriga fez mais lesões no corpo antes de depor à polícia, diz laudo. **GaúchaZH**, Porto Alegre, 13 nov. 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2018/11/jovem-que-teria-simulado-suastica-na-barriga-fez-mais-lesoes-no-corpo-antes-de-depor-a-policia-diz-laudo-cjofnb8nh0dex01pi73fx7vsq.html>. Acesso em: 21 mar. 2019.

LAGE, Leonardo R. "Jornalismo, memória e esquecimento: O massacre de Realengo na retrospectiva da Veja". *Brazilian Journalism Research*, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 214 – 229, 2013

MATHEUS, Leticia C. **Comunicação, tempo, história: Tecendo o cotidiano em fios jornalísticos**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011

MATOS, Carolina. **Jornalismo e política democrática no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2008

MICHEL, Jerusa de Oliveira; MICHEL, Margareth de Oliveira. **O jornalismo como memória – um estudo a partir do gênero reportagem “A Floresta das Parteiras”**. Pelotas, 2015. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-2059-1.pdf>

MIRANDA, C. M.; SCHAEFER, R.; MEDEIROS, V. R. **O jornalismo como mediador de consciência e operador de realidade**. In: FUNDAÇÃO ANTONIO MENEGHETTI (Org.). **Ontopsicologia: ciência interdisciplinar**. Recanto Maestro: Fundação Antonio Meneghetti, 2015.

MORAES, Tarcisio. Jovem da suposta suástica desiste de abrir representação criminal. **Renova Mídia**, João Pessoa, 11 out. 2018. Disponível em: <https://renovamidia.com.br/jovem-da-suposta-suastica-desiste-de-abrir-representacao-criminal/>. Acesso em: 21 mar. 2019.

MORAES, Tarcisio. Polícia continua investigando caso da jovem marcada na barriga. **Renova Mídia**, João Pessoa, 15 out. 2018. Disponível em: <https://renovamidia.com.br/policia-continua-investigando-caso-da-jovem-marcada-na-barriga/>. Acesso em: 21 mar. 2019.

MORAES, Tarcisio. Perícia aponta automutilação no caso da jovem da suástica. **Renova Mídia**, João Pessoa, 24 out. 2018. Disponível em: <https://renovamidia.com.br/pericia-aponta-automutilacao-no-caso-da-jovem-da-suastica/>. Acesso em: 21 mar. 2019.

MORAES, Tarcisio. Jovem da suástica fez mais lesões no corpo para enganar polícia. **Renova Mídia**, João Pessoa, 13 nov. 2018. Disponível em: <https://renovamidia.com.br/jovem-da-suastica-fez-mais-lesoes-no-corpo-para-enganar-policia/>. Acesso em: 21 mar. 2019.

PINHEIRO, Roseane A. **Jornalismo e memória: as experiências dos impressos O Estado de S. Paulo e O Povo**. Ouro Preto, 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/jornalismo-e-memoria-as-experiencias-dos-impressos-o-estado-de-s.-paulo-e-o-povo>

Polícia apura ataque a jovem que foi agredida e teve o corpo marcado com canivete em Porto Alegre. **GaúchaZH**, Porto Alegre, 10 out. 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2018/10/policia-apura-ataque-a-jovem-que-foi-agredida-e-teve-o-corpo-marcado-com-canivete-em-porto-alegre-cjn3f5ktk03x501rx1egx749a.html>. Acessado em: 21 mar. 2019.

PORTO, Wilson *et al.* (org.) **Media effects: Ensaios sobre as teorias da comunicação e do jornalismo**. Boa Vista: UFRR, 2018

ROSSI, Cloves. **O que é jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980

SARAIVA. Vade Mecum Saraiva. 2ª edição. São Paulo : Saraiva, 2006

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. **Halbwachs: memória coletiva e experiência.** Revista Psicologia USP, São Paulo: v. 4, n.1-2, p. 285-298, São Paulo, 1993. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicosp/v4n1-2/a13v4n12.pdf>

SIRENA, Mariana Silva. **Agenda-setting e contra-agendamento:** possíveis abordagens para o estudo do jornalismo cultural. Revista Comtempo, São Paulo, v. 5, n.2, dez. 2013. Disponível em: <http://docplayer.com.br/58983834-Agenda-setting-e-contra.html>

SOARES, MC. **Representações, jornalismo e a esfera política democrática.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016

TORRES, Ricardo. **Jornalismo político e mídias sociais: Das restrições convencionais às rupturas alternativas.** Dissertação (Mestrado em Comunicação Jornalismo) Programa de Pós-Graduação em Jornalismo - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2016



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br